



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: TRABALHO E FAMÍLIA

Olga Maria Pimentel Jacobina

Brasília – DF

2006

OLGA MARIA PIMENTEL JACOBINA

ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: TRABALHO E FAMÍLIA

Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre

Departamento de Psicologia Clínica
Instituto de Psicologia
Universidade de Brasília

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Liana Fortunato Costa

BRASÍLIA – DF

2006

Trabalho apresentado ao Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob orientação da Profª Drª Liana Fortunato Costa.

Aprovado por:

Profª Drª Liana Fortunato Costa
Presidente

Profª Drª Maria Inês Gandolfo
Membro

Profª Drª Maria Aparecida Penso
Membro

Prof. Dr. Heliete Karam
Membro Suplente

HAITI

(Caetano Veloso e Gilberto Gil)

Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
E não importa se os olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque um batuque
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
Em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atrai, nos deslumbra e estimula
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado
Nem a lente do fantástico,
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for a festa do pelô, e se você não for
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui

E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado
Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer, qualquer
Plano de educação que pareça fácil
Que pareça fácil e rápido
E vá representar uma ameaça de democratização
Do ensino do primeiro grau
E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital
E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto
E nenhum no marginal
E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual
Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco
Brilhante de lixo do Leblon
E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos
E quando você for dar uma volta no Caribe
E quando for trepar sem camisinha
E apresentar sua participação inteligente no bloqueio a Cuba
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui

DEDICATÓRIA

Ao meu anjinho esteja onde estiver...

À minha mãe, meu pai, meus irmãos e meus avós que me fizeram acreditar que eu era capaz de realizar este sonho.

Ao meu maridinho que contribuiu para que este projeto se realizasse.

Aos adolescentes e famílias que participaram deste estudo.

Às técnicas do CDS que prontamente colaboraram para a realização desta pesquisa.

Ao meu afilhadinho Rafael que deu luz às nossas vidas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma participaram da realização desta pesquisa, uns mais próximos, outros mais distantes, uns mais diretamente, outros indiretamente...

Mãe, por sempre me ouvir e dizer que a crise ia passar...

Pai, por sempre me dizer, da forma mais ansiosa possível, que eu podia ficar tranqüila que o senhor seguraria todas “as pontas” necessárias...

Bô, por estar sempre comigo me escutando, me acalentando e tentando consertar os computadores, impressoras, placas mães, etc....

Marcandr , irmão querido, e “conhada” por sempre fazerem questão de minha presença em qualquer evento não querendo saber o que eu tinha para fazer...

Karlla, irm a pródiga e querida, por ter feito as pazes com a família e ter passado a compartilhar também suas vitórias e conquistas...

Ana Mary’s, prima irm a, pela ajuda na organizao das informaçoes da pesquisa...

Tia Baby, por ter ajudado muito minha família e a mim durante todo esse percurso, o que contribuiu muito para que este sonho se realizasse...

Aos adolescentes e educadores do CESAM, a partir da convivência com vocês surgiu a idéia e a vontade de realizar esta pesquisa...

Kátia Rosa, grande amiga, irm a e sócia, por você acreditar em mim e fazer com que eu acreditasse também, além das “co-orientaoes”, longos papos cabeça e nem tão cabeça assim; por sempre me acolher e me dizer o que eu dava conta de ouvir em cada momento...

Liana, excepcional orientadora, por sempre estar disponível, passar segurança e me mostrar que sempre podemos nos superar...

Cida Penso e Eduardo Pandóssio, queridos professores, por terem me apresentado a pesquisa e por ela terem me feito apaixonar...

Fátima Sudbrack, grande professora e mestra, por sempre lembrar de mim trazendo reportagens relacionadas à minha dissertação e desde o início ter dado a dica do rumo que tomaria este estudo...

Carla e Ivonete, grandes amigas conquistadas durante este percurso, pelas trocas (de livros, angústias, medos), atenção, carinho, dicas. Adoro vocês...

Equipe do Prodequi: Dina, Juliana, Bio, Jéferson, Jaqueline, Sandrinha, Sandra Baccara, Inês Gandolfo, pelos grandes momentos de estudo, apoio e convivência...

Mariana, grande amiga, pelas farras, conversas, pelo gravador...

Testa, amigo, por emprestar o computador depois de eu ter queimado dois, um meu e um da Ivonete...

Fernanda, colaboradora, por cuidar da minha casa durante esse percurso...

Aos alunos da disciplina Psicologia Jurídica (UnB) e Interdisciplinaridade (Facitec) pelo aprendizado que me proporcionaram durante nossas aulas...

E a todos os outros que, por algum motivo, eu não estou lembrando agora, mas que também foram importantes neste processo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
1.1 – Adolescência, Exclusão Social e Medidas Socioeducativas.....	20
1.2 – A Experiência de Trabalho como uma Possibilidade de Integração numa Rede Social.....	25
1.3 – Trabalho Adolescente e Interação Familiar.....	27
2 – MÉTODO.....	32
O Contexto de Realização da Pesquisa.....	34
Os Participantes da Pesquisa.....	35
Instrumentos para Investigação.....	36
Procedimentos.....	38
Método de Análise das Informações.....	40
Descrição do Processo Interpretativo.....	41
3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	44
3.1 – Apresentação dos Adolescentes, seu Contexto Familiar e o Genograma.....	44
3.1.1 Joilson.....	44
Contexto familiar de Joilson.....	46
Genograma de Joilson.....	49
3.1.2 Márcio.....	50
Contexto Familiar de Márcio.....	51

	10
Genograma de Márcio.....	54
3.1.3 Paulo.....	55
Contexto Familiar de Paulo.....	59
Genograma de Paulo.....	62
3.2 – O SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS.....	63
3.2.1 – O trabalho como elemento formador de uma “não identidade”.....	63
3.3 – A DINÂMICA FAMILIAR E O TRABALHO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.....	70
3.3.1 O significado do conflito com a lei para o adolescente e sua família.....	70
3.3.2 Repercussão da situação de conflito com a lei para o trabalho do adolescente.....	77
3.4 O SIGNIFICADO DA BOLSA DE REINserÇÃO JUVENIL PARA OS ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS.....	84
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: <i>Não ser para tornar-se</i>.....	88
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
ANEXOS.....	104

RESUMO

Jacobina, Olga Maria Pimentel. (2006). *Trabalho, família e adolescente em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia Clínica. Universidade de Brasília, Brasília.

Este estudo tem o objetivo de compreender o significado da experiência de trabalho de adolescentes em conflito com a lei e investigar qual influência esta experiência pode ter na vida destes jovens e em suas relações familiares, além de tentar compreender o significado da Bolsa de Reinscrição Juvenil (programa do Governo Distrital que beneficia adolescentes que cumprem medida socioeducativa conforme critérios pré-estabelecidos) tanto para estes jovens quanto para suas famílias. A partir de uma abordagem qualitativa foi realizado o estudo de casos de três rapazes que cumprem a medida socioeducativa Liberdade Assistida e trabalham concomitantemente. Para tanto, foram feitas entrevistas individuais e familiares com os adolescentes, além da elaboração do genograma pela família. Os resultados indicam que o trabalho se configura como um importante elemento reintegrador deste adolescente numa rede social de proteção, porém, traz um significado esvaziado de sentido na perspectiva em que é visto apenas como uma forma de ocupar o tempo: trabalhar para não fazer outra coisa, como se envolver com a justiça, por exemplo. Nesta perspectiva, o trabalho pode servir como uma alternativa (de fuga) à elaboração do sofrimento psíquico relacionado ao ato infracional do adolescente. No que se refere a Bolsa, mesmo tendo a frequência escolar do jovem como critério para recebê-la, representa para este e sua família uma forma de prover suas necessidades básicas (alimentação, moradia, etc.) sem ser vinculada a um investimento na qualificação profissional do adolescente, o que poderia possibilitar uma reinscrição mais eficaz na sociedade.

Palavras-chave: adolescência, trabalho, família e Bolsa de Reinscrição Juvenil.

ABSTRACT

Jacobina, Olga Maria Pimentel. (2006). *Work, family and adolescent who have committed ilegal acts*. Master's Degree Dissertation. Department of Clinical Psychology, Brasilia University, Brasília.

This study has the objective to understand the meaning of work experience of adolescents who have committed ilegal acts and investigate which influence this experience may have in these youngers lives and theirs familiar relations, besides trying to understand the Bolsa de Reinscrição Juvenil meaning (District Government program that benefits adolescents who accomplish social-educative comittals according to pre-established rules) for these adolescents and their families. Based on a qualitative methodology, it was elaborated the case study of three adolescents who have been under social-educative comittals of Attended Freedom and work concomitantly. Individual and familiar interviews with the adolescents had been made, beyond the elaboration of the genograma for the family. The results indicate that the work is an important reintegrator element of this adolescent in a protection social net, however, brings an emptied meaning of sense in the way that the work is seen only as a form of occupation of the time: to work instead of making another thing, such as involving with justice. In this perspective, the work may be serving as an alternative (of escape) to the elaboration of the psychic suffering related to the adolescent ilegal act. And the Bolsa represents to the adolescents and their families a form to provide their basic necessities (feeding, housing, etc.) without being related to an investment in the adolescent professional qualification, what could contribute to a more efficient reinsertion in the society.

Word-key: adolescence, work, family and Bolsa de Reinscrição Juvenil.

INTRODUÇÃO

O interesse pelos temas das relações familiares, da delinquência e da indisciplina surgiu na graduação em Psicologia, quando tive a oportunidade de participar de uma pesquisa como aluna de Iniciação Científica, cujo nome era: “Correlatos Clínicos e Experimentais da Drogadicção pelo Uso da Merla”, realizada de Abril de 2000 a Abril de 2001 (Pandossio, J. E; Penso, M. A; Ferreira, G. F. S e Jacobina, O. M P, 2000).

Nessa pesquisa estudamos a dinâmica familiar do usuário de drogas (principalmente merla) a partir de dados coletados com jovens adultos que estavam internados no regime de hospital-dia para dependentes químicos. Buscou-se averiguar se havia relação entre o uso de drogas e a ausência da função paterna; através da análise do conteúdo das entrevistas percebemos que esta relação poderia ser estabelecida. Este estudo fazia parte do Doutorado da Professora Maria Aparecida Penso (2003).

Outro fato que reforçou meu interesse pelo tema foi o Estágio Curricular, pois o mesmo aconteceu em uma ONG, Centro Salesiano do Menor – CESAM, que seleciona, prepara e insere adolescentes carentes no mercado formal de trabalho, através de convênios com empresas públicas e privadas; durante o estágio curricular recebi a proposta de me tornar educadora desta instituição, permanecendo lá por três anos.

Enquanto educadora tive a oportunidade de participar de diversos momentos da trajetória deste adolescente na ONG e nas empresas para as quais era encaminhado; participei de entrevistas, fiz visita domiciliar, participei do curso preparatório para o trabalho e do acompanhamento nas empresas; e pude perceber que toda esta organização em torno da vida laboral do adolescente repercutia muito em sua vida familiar.

Muitas famílias falavam sobre a mudança que percebiam nos filhos em decorrência destes começarem a trabalhar. Nas reuniões de pais, uma fala muito freqüente era que o trabalho para os filhos era bom porque os tirava da rua, eles passavam a ter mais responsabilidade com horário e mais preocupação com a escola (pois aquele que não estivesse estudando era desligado do programa).

Desta forma, comecei a pensar que o trabalho poderia ter uma outra função além de tirar estes meninos da rua, possibilitando um outro sentido na vida destes adolescentes que poderiam vislumbrar realidades diferentes das que suas famílias tinham.

No entanto, acontecia também dos pais reclamarem que desde que o filho havia começado a trabalhar, era mais difícil que os obedecessem e que eles tinham mais dificuldades para colocar limites para estes adolescentes; sentíamos, porém que isto acontecia mais com as famílias de jovens que não percebiam claramente a relação a ser estabelecida com os funcionários da empresa em que trabalhavam: uma relação de trabalho ou pessoal? Qual relação deveria predominar?

Muitas vezes, a chefia dos adolescentes encobria suas faltas (às vezes faltas graves, como adulterar notas fiscais, faltas ao trabalho sem justificativa, furto de objetos), achando que desta forma estaria protegendo o adolescente, só entrando em contato com o educador e a família do menino quando não conseguia mais contornar a situação; sempre que acontecesse alguma falta deste nível por parte do adolescente na empresa em que estava lotado, a orientação que seu chefe tinha era que deveria entrar em contato com o educador que fazia o acompanhamento do adolescente nesta empresa para que, juntamente com a família, o responsável na empresa e o próprio adolescente tomassem uma atitude sobre o fato.

Outro ponto importante relacionado aos adolescentes que apresentavam problemas (indisciplina, não respeitar as normas da empresa, furtos) nas empresas era que muitos deles não tinham o nome do pai em suas pastas, constando: NÃO DECLARADO.

Muitas vezes o chefe direto deste adolescente preferia “protegê-lo”, no sentido de encobertar as ações do jovem, a entrar em contato com o CESAM e sua família para que tomassem uma atitude conjunta em relação ao fato. Com isto pude perceber que não é qualquer experiência de trabalho que pode estar atuando positivamente na ressignificação das relações familiares dos adolescentes. E neste contexto, a questão norteadora deste estudo foi **como a experiência de trabalho pode influenciar na forma como se dão as relações familiares de adolescentes que estão em conflito com a lei.**

E nesta perspectiva, o objetivo geral do presente estudo foi investigar como a experiência de trabalho do adolescente que está cumprindo medida socioeducativa influencia em suas relações familiares e qual significado esta experiência pode ter tanto para este jovem quanto para sua família.

Inicialmente, esta pesquisa seria realizada com os jovens do CESAM, todavia para participar era requisito que o adolescente estivesse trabalhando e em conflito com a lei simultaneamente. Isto ficou difícil de ser constatado com os adolescentes do CESAM, pois delimitamos para este estudo que o adolescente em conflito com a lei estaria cumprindo alguma medida socioeducativa e esta é uma informação que não era disponibilizada à ONG; esta só sabia se o próprio adolescente ou sua família contasse que o jovem estava cumprindo alguma medida, o que não acontecia com muita frequência, pois tinham medo que isto atrapalhasse o ingresso do adolescente no trabalho.

Em 2005, houve uma demanda da equipe da Liberdade Assistida (LA) do Centro de Desenvolvimento Social (CDS) da Ceilândia, composta na época por duas assistentes sociais

e uma psicóloga. Esta demanda consistia em um pedido de ajuda para a Coordenação do Prodequi (Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas – laboratório do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília que realiza atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão relativas ao tema drogadição em seus diferentes níveis de expressão) para o desenvolvimento de um trabalho de acompanhamento aos adolescentes que estavam cumprindo a medida socioeducativa LA no CDS de Ceilândia e seus familiares.

Esta demanda surgiu do fato das profissionais desta instituição (CDS) terem participado do Projeto Fênix em 2002/2003 o qual, de acordo com Sudbrack (2003), foi um piloto concebido e desenvolvido a partir de uma demanda da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por iniciativa da Supervisão do SEMSE – Seção de Medidas Socioeducativas, numa parceria com a Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal e da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Distrito Federal e Territórios para o atendimento de adolescentes envolvidos com drogas em cumprimento de medidas socioeducativas.

Deste encontro, entre a equipe do CDS de Ceilândia e a do Prodequi, surgiu o Fênix na Comunidade, um desdobramento do Projeto Fênix. O Fênix na Comunidade consistia em Grupos Multifamiliares e Oficinas com adolescentes que aconteciam no CDS da Ceilândia, direcionadas a adolescentes que estavam cumprindo a Medida Socioeducativa LA e seus familiares, além de pessoas relacionadas à família que tivessem interesse em participar das reuniões, como amigos e vizinhos. Enquanto estudante de Pós Graduação da Universidade de Brasília, por intermédio do Prodequi, eu também participava destas reuniões e neste contexto vislumbramos a possibilidade de efetivar este estudo.

Assim, esta pesquisa foi realizada paralelamente ao Projeto Fênix na Comunidade no CDS de Ceilândia, com adolescentes que estavam cumprindo a medida socioeducativa LA e estavam trabalhando; requisitos básicos para participação neste estudo.

1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico utilizado para realizar tal investigação foi o sistêmico, o qual, de acordo com Satir (1976), compreende que quando alguém “está doente” na família, todos sofrem de alguma forma, pois o comportamento de qualquer indivíduo é uma reação ao complexo conjunto de regras que governam o grupo familiar. O elemento “enfermo” é apenas um representante de uma dor maior que é a agonia de todo um sistema que sofre. O “enfermo” é apenas um sintoma de que algo não anda bem no sistema. Ele traz um pedido de socorro, uma linguagem do grupo.

Neste sentido, Calil (1997) defende que o “doente” ou o membro sintomático é apenas um representante circunstancial de alguma disfunção no sistema familiar. O que é enfatizado pelo modelo sistêmico é que o distúrbio mental é visto como a expressão de padrões inadequados de interação no interior da família.

Em relação ao modelo sistêmico, Vasconcellos (2002) faz algumas considerações de como manter uma mente sistêmica frente a algum fenômeno: primeiramente, é necessário ampliar o foco da situação ao contextualizá-la; contemplando desta forma a *complexidade* do sistema; depois, se descreve o fenômeno com o verbo estar, assumindo a *instabilidade* e a *incontrolabilidade* do sistema; e então, acata-se outras descrições, atuando no espaço de *intersubjetividade* que constitui com o sistema que trabalha.

Vasconcellos (2002) enfatiza também que para pensar complexamente precisamos acreditar que trabalharemos com nosso objeto de estudo sempre em contexto; e neste sentido, deveremos fazer um exercício de ampliação de foco, tirando o foco exclusivo no elemento e incluindo o foco nas relações. Nesta perspectiva, o contexto se refere às relações

entre todos os elementos envolvidos, reintegrando o objeto no contexto e vendo-o existir no sistema que interage com outros sistemas.

Outro norteador teórico utilizado neste estudo é o trabalho desenvolvido por Carter e McGoldrick (1995) o qual define a família como um sistema “movendo-se através do tempo” (p. 08). Desde a sua formação, a família passa por diferentes estágios de desenvolvimento que vão requerer do sistema familiar capacidade de adaptação para continuar atendendo às novas demandas de seus membros.

Segundo Carter e McGoldrick (1995), a adolescência dos filhos introduz uma nova época, pois assinala uma nova definição dos mesmos dentro da família e dos papéis dos pais em relação aos seus filhos. Quando os filhos atingem a adolescência é necessário que a família esteja preparada para uma mudança qualitativa nos relacionamentos entre as gerações, já que os filhos não são mais tão dependentes dos pais. As fronteiras, agora, devem ser permeáveis, para permitir a entrada de amigos, namorados (as). Os pais não podem mais impor uma autoridade completa. Os adolescentes abrem a família para um cortejo completo de novos valores ao trazerem seus amigos e novos ideais para o seio familiar. Segundo as autoras, as famílias que “descarrilam” neste estágio podem estar muito fechadas a novos valores e se sentindo ameaçadas por eles, e podem tentar controlar todos os aspectos das vidas de seus filhos o que, segundo elas, na perspectiva do desenvolvimento, é impossível.

Neste sentido, Calil (1997) aponta que a adolescência de um ou mais membros da família desequilibra o sistema. Nesta fase de desenvolvimento, a família terá que modificar o que é e o que não é permitido em relação ao adolescente. Se, no entanto, a tolerância do sistema familiar às mudanças é muito limitada, pode-se impor ao adolescente mais lealdade

para com a família, acarretando-lhe, inclusive, sentimentos de culpa graças a tentativa de manter inalterados os usuais padrões de interação.

Desta forma, alguns comportamentos inadequados de adolescentes, tais como: atos delinquentes, indisciplinas, transgressões, poderiam ser considerados formas de denunciar a resistência da família em aceitar as mudanças, ou até mesmo dela própria mudar, frente a estas novas demandas da fase do desenvolvimento, qual seja, a adolescência; além de poderem ser interpretados como sintoma da dinâmica familiar, como forma de expressar algo que não pode ser dito, ou seja, uma forma de comunicação.

Nesta perspectiva, acreditamos que o trabalho do adolescente pode ser visto como um elemento de uma rede social que tem importante participação na integração do jovem num processo socializador saudável.

1.1 – ADOLESCÊNCIA, EXCLUSÃO SOCIAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A criminalidade juvenil tem aumentado sobremaneira nos últimos tempos. Mesmo representando uma parcela pequena em relação aos adultos, os jovens têm, cada vez mais, se envolvido com práticas de atos infracionais. De acordo com dados divulgados no *site* do Unicef (www.unicef.org.br) em janeiro de 2005, dos crimes e delitos registrados a cada ano no Brasil, 10% são cometidos por adolescentes, os outros, por adultos. Desses, mais de 70% praticam delitos contra o patrimônio. Muitas vezes os adolescentes são mais vítimas do que autores de violência. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, 68% das mortes são provocadas por causas externas - acidentes de trânsito, homicídios e suicídios. O hiperdimensionamento do problema dos atos infracionais cometidos por adolescentes gera uma demanda na

sociedade por medidas mais enérgicas. O que se observa, entretanto, é que a aplicação de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a solução que apresenta os melhores resultados.

Acreditamos que a melhor forma de diminuir estes números é investir na prevenção, porém devemos levar em conta que grande parte destes jovens já ultrapassaram este estágio preventivo e que é necessário preocupar-nos também em como estão sendo executadas as medidas que estes adolescentes têm que cumprir, levando-se em conta a proposta socioeducativa que lhes são peculiares, constituindo-se como condição especial de acesso a todos os direitos sociais, políticos e civis.

Em relação ao Distrito Federal, de acordo com a Publicação do Prêmio Sócio-Educando (ILANUD, s/d), o número de adolescentes em conflito com a lei é crescente e a sociedade em geral não se mostra capaz de lidar com esta situação, quadro sensivelmente perceptível nas Defensorias Públicas.

Um dos fatores que pode contribuir para este quadro é a exclusão social. Paugam (2004) a situa enquanto um termo ainda equívoco, abarcando preocupações tais como: propriedade do emprego, ausência de qualificação suficiente, desocupação, incerteza do futuro; privação material e degradação moral e de socialização; desilusão do progresso. Além da pobreza material, faz referência à pobreza espiritual e neste sentido, aponta como principal razão principal da marginalização precoce a ausência de relações estáveis com a família. Segundo esse autor, para os que encontram grandes dificuldades em se inserir na vida profissional, não poder ser ajudado pelos membros de sua família constitui uma privação de uma das formas mais elementares de solidariedade. Consoante, Demo (1998) aponta esta condição também pela perda do senso de pertença, acompanhada do sentimento de abandono e incapacidade de reagir.

Schnapper (citado por Demo 1998) coloca o emprego como questão preponderante para definir a condição social do indivíduo. Já Castel (1998) aponta que a exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação tanto mais drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares da precariedade marcada pela não-pertença e impotência. No entanto, ocorre dos pobres serem integrados pela via da exclusão como forma de pertença e, desta forma a delinquência também aparece como uma possibilidade de identidade, o que é preocupante pois as opções de futuro se tornam cada vez mais incertas e temerárias.

Neste sentido, este autor caracteriza a marginalidade situando-a no espaço social longe dos valores dominantes mas ligada a eles, pois o marginal tem sobre si o signo inverso das normas que ele não segue. A marginalidade é o efeito de processos combinados de exclusão, a qual se constitui como um fenômeno que não se restringe à insuficiência de renda, mas expressa a combinação de várias desvantagens que impedem o excluído de pertencer à sociedade e de nela ser reconhecido como sujeito de direitos (Telles citado por Demo 1998), polarizando a sociedade em dois mundos (um institucional e outro marginal), o que constitui uma série de ameaças à democracia e ao aprofundamento e à universalização da cidadania.

Desta forma, a Publicação do Prêmio Sócio-Educando (ILANUD, s/d) aponta como necessária uma ação que proporcione aos adolescentes a oportunidade de ampliar e transformar a visão que têm de si mesmos e da sociedade, trabalhando pela inclusão.

Assim, realizar uma investigação neste âmbito torna-se de grande importância, visto a situação social na qual nos encontramos: uma minoria dominante para uma grande maioria de excluídos. Este quadro facilita adotar a delinquência como possibilidade de identidade, de

ser reconhecido pelo outro; afinal, o delinqüente está alocado no centro da cena social, como é apontado por Bulaccio (1992).

Se a falta do emprego, ou as conseqüências que esta falta traz pode ser caracterizada como uns dos pontos significativos que contribui para a exclusão, a qual pode levar à marginalidade, à delinqüência, torna-se necessário pensar em medidas que além de atenuar de maneira prática tal situação, sirvam também como um espaço que possibilite um sentimento de pertencimento, além de propiciar a possibilidade de uma identidade diferenciada da de excluído social.

Nesta perspectiva, no que se refere à aplicação das medidas socioeducativas, para o ECA, a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral e, neste sentido, Volpi (1997) assinala que a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento dá aos agentes envolvidos na operacionalização das medidas socioeducativas a missão de proteger, garantindo o conjunto de direitos e educando ao dar a oportunidade da inserção do adolescente na vida social. O autor aponta que este processo se dá a partir de um conjunto de ações que propiciem a educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente.

As medidas socioeducativas são aplicadas e operadas de acordo com as características da infração, circunstâncias sociofamiliares e disponibilidade de programas e serviços a nível municipal, regional e estadual.

Volpi (1997) indica ainda que estas medidas comportam aspectos de natureza coercitiva, já que são punitivas aos infratores, e aspectos educativos na perspectiva da proteção integral e oportunização, de acesso a formação e informação. Além disso, os regimes socioeducativos devem constituir-se em condição que garanta o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como acesso à

formação de valores positivos de participação na vida social. Sua operacionalização deve prever obrigatoriamente, o envolvimento familiar e comunitário, mesmo no caso da privação de liberdade, sendo sempre avaliadas condições favoráveis que possibilitem ao adolescente infrator a realização de atividades externas.

É importante também, segundo Volpi (1997), a contemplação da participação de grupos da comunidade no que diz respeito ao planejamento e controle das ações desenvolvidas, com vistas a oportunizar a relação entre o adolescente e a comunidade. Além disso, é interessante a utilização do máximo possível de serviços (saúde, educação, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, etc.) na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes pois, de acordo com o Unicef (www.unicef.org.br), as medidas aplicadas em meio aberto, isto é, sem restrição de liberdade e com a participação da família e da comunidade, são mais eficientes na recuperação dos adolescentes do que o confinamento em instituições fechadas.

Os pontos acima tratam de aspectos importantes a serem levados em conta na operacionalização das medidas socioeducativas e, na perspectiva apresentada, acreditamos que a possibilidade do adolescente infrator ter uma oportunidade de trabalho pode resultar num diferencial positivo no processo de inclusão deste adolescente na sociedade, bem como numa reflexão mais ampla e concreta de normas, regras, valores que regem o mundo do trabalho e a sociedade, considerando também que a aplicação de medidas socioeducativas não pode acontecer isolada do contexto social, político e econômico em que está envolvido o adolescente, como afirma Volpi (1997).

1.2 – A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COMO UMA POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO NUMA REDE SOCIAL

Cattani (1996) afirma que o conceito de trabalho é genérico: atividade de produção de bens e serviços e conjunto das condições de exercício desta atividade. Antunes (2000) o define como um processo de uma contínua cadeia temporal que busca sempre novas alternativas.

Já emprego é definido por Borges (2002) como a representação do trabalho institucionalizado e livre, em uma empresa ou órgão do governo, com direito a um salário, voltado para o atendimento das necessidades individuais e coletivas associadas à produção. Para esta autora, a transformação do trabalho em emprego requer o desempenho de uma dada ocupação remunerada por parte do indivíduo, dentro de um contrato que delimita a dimensão espaço-temporal desta ação. O efeito-emprego pode exercer um papel de inserção social, em oposição à exclusão social, definida como a ação ou efeito de excluir, exceção que sofre uma coisa deixando de ser incluída em uma disposição, medida ou regra. Seria, portanto, a ação ou efeito de colocar à margem um ou vários indivíduos. Supressão que pode ser de direitos e/ou do acesso a bens e serviços, tanto materiais quanto simbólicos.

Desta forma, Borges (2002) indica que se associou a noção de trabalho à sua forma institucional, o emprego. O trabalho, como emprego, tornou-se importante referencial para o desenvolvimento emocional, ético e cognitivo do indivíduo, ao longo do seu processo de socialização e, igualmente, para o seu reconhecimento social, para a atribuição de prestígio social intra e extragrupal. O desemprego tornou-se fonte de tensão psicossocial tanto do ponto de vista individual como para a vida comunitária (Liedke, citado por Cattani, 1997).

Assim, não ter emprego pode ser apontado como um fator de exclusão social que torna remotas as possibilidades de inserção do indivíduo nas diversas esferas que compõem a sociedade, mais visivelmente constatada na impossibilidade de consumo que pouco a pouco vai retirando outras possibilidades que constroem o sentimento de pertença social, (Borges, 2002).

Neste sentido, Cattani (1996) indica que o desemprego e o trabalho precário são sentidos como uma perda da qualificação social que antes respaldava os contatos com os parentes, amigos e vizinhos, reforçando a “miséria de situação”. Assinala, ainda, a grande influência do trabalho no desenvolvimento social do indivíduo, afirmando que o trabalho constitui e explica grande parte da sociedade capitalista. Facetas essenciais do processo de socialização, da construção identitária, das formas de dominação e de resistência, enfim, da dinâmica contraditória da economia de mercado têm origem nas situações laborais e nas relações sociais estruturadas na atividade produtiva.

Corroborando isto, Antunes (2000) traz que o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem. Assim, o trabalho é o elemento mediador introduzido entre a esfera da necessidade e a realização desta.

Nesta perspectiva, Cattani (1996) aponta que o trabalho se transformou numa espécie de cimento social, no fator básico de socialização, na atividade principal e no elemento definidor, embora não exclusivo, de boa parte do sentido da vida dos indivíduos. Por isso, o não-trabalho assume, igualmente, um papel fundamental. Para o autor, trabalhar significa viver, sair do discurso e da representação para se confrontar com o mundo.

No entanto, Cattani (1996) lembra que trabalho criativo, interessante e consciente ou trabalho degradado, repetitivo e alienado definem o *status* que qualificarão os indivíduos

vis-à-vis o conjunto da sociedade. Na construção da identidade social e profissional, o ser humano é, em grande parte, o que ele trabalha.

No que diz respeito a cidadania e trabalho, Reimann (2002) define que a cidadania social tem no trabalho e na seguridade social o seu principal substrato. Nenhuma outra forma jurídica ou relação social adquiriu a importância que o trabalho tem para a construção deste tipo de cidadania. Para a imensa maioria da população, o trabalho é o mais importante, senão o único caminho para a inserção social e o exercício da cidadania.

Portanto, levando em conta toda a implicação, como já mencionado acima, que o ato de trabalhar ou não trabalhar pode ter na construção da identidade social do indivíduo, consideramos que o trabalho pode ser de grande relevância na ressignificação das relações do adolescente que cumpre medida socioeducativa, tendo em vista que, como argumentado por Antunes (2000), a pessoa que trabalha deve planejar cada momento com antecedência e permanentemente conferir a realização de seus planos, crítica e conscientemente, se pretende obter no seu trabalho o melhor resultado possível. Este domínio do corpo humano pela consciência, que afeta uma parte da esfera da sua consciência, isto é, dos hábitos, instintos, emoções, etc. é um requisito básico até no trabalho mais primitivo e deve dar uma marca decisiva da representação que o homem forma de si mesmo.

1.3 – TRABALHO ADOLESCENTE E INTERAÇÃO FAMILIAR

De acordo com Fishman (1998), o trabalho e a família tendem a ser as forças que mais influenciam a manutenção da identidade da pessoa, por oferecerem sustento econômico, identidade pessoal e contexto social. Afirma, também, que as atitudes no trabalho tornam-se enraizadas e são levadas para a vida doméstica; que cada ambiente induz

padrões estruturais semelhantes em outros ambientes e que tanto o trabalho quanto a vida em família influenciam um ao outro. O que acontece no local de trabalho pode ser uma consequência ou antecedente do que ocorre na família.

Corroborando com isto, Castel (citado por Feijó e Assis, 2004), elabora um esquema que se constitui da conjunção de dois vetores: um eixo de inserção/não inserção pelo trabalho e um eixo de inserção/não inserção em uma sociabilidade sócio-familiar. O indivíduo pode estar inserido completamente nos dois eixos (zona de integração) ou pode estar inserido no eixo do trabalho, mas não no eixo da família e/ou da comunidade e assim por diante. É apontado que aquele que está desvinculado, da esfera do trabalho sofre maiores consequências do que quem está desvinculado apenas na área familiar, pois o seu sustento e o de sua família, sua participação na comunidade, assim como todo o funcionamento das relações sociais e da cidadania estão baseados na sua inserção ocupacional. Na *zona de desvinculação* o indivíduo encontra-se sem trabalho e em isolamento social. Assim, a falta de oportunidade para o indivíduo e sua família afeta seu sentido de existência e suas expectativas de futuro.

Nesta perspectiva, Cattani (1996) assinala que no círculo mais imediato da família existe uma forte correlação entre precariedade profissional e instabilidade dos casais. As rupturas conjugais e as desavenças com os membros da família crescem na exata proporção do aumento da precariedade e do aumento do tempo de desemprego. No caso do casal estar sem trabalho as chances de separação aumentam ainda mais. E o mesmo acontece com os jovens desempregados, que se ocupam, menos do que antes, das obrigações com a vida em família, aumentando a tensão e os atritos com os demais familiares.

Entretanto, uma pesquisa sobre o trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano desenvolvida no município de Jardim de Piranhas, no Rio Grande do Norte, por

Campos e Francischini (2003) propõe que a situação socioeconômica de Jardim de Piranhas, caracterizada pela inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de produção de redes e tecelagem, promove uma reorganização na estrutura familiar, alterando funções e o *status* de seus membros e, conseqüentemente, a forma como cada um deles se vê e também como vêem um ao outro. Neste cenário há uma total inversão de papéis, aparecendo o adolescente como o membro de mais *status* e “poder”. É quem tem o emprego melhor, quem ganha mais, quem provê mais ao sustento familiar e - pode se dizer também - quem tem mais liberdade na família, por ser quem tem mais dinheiro.

Campos e Francischini (2003) comentam também que a mudança de *status* do adolescente na família não ocorre apenas como resultado de sua ascensão financeira, mas também por um deslocamento de função da figura paterna. Diferentemente de outras realidades, em que o sustento da família recai sobre a mãe e os filhos em decorrência da ausência do pai, é apontado que em Jardim de Piranhas o pai está presente, embora não ocupe o lugar de provedor da família e que tal deslocamento do homem, do pai, de seu lugar de mantenedor, pode implicar, também, em sua ausência como orientador, como modelo para os filhos.

Além disso, assinalam que as mudanças no interior das famílias especificadas acima, provocadas pela entrada precoce dos adolescentes no mundo do trabalho, representam, para eles, uma inserção artificial na vida adulta. Nestas condições, independência financeira pode ser experimentada como independência emocional e social por um indivíduo que, na verdade, ainda está se descobrindo, está em plena construção de identidade, que ainda precisaria de limites e de orientação e, efetivamente, ainda não viveu o suficiente para ter maturidade física, cognitiva, emocional ou social para o exercício das funções por ele assumidas.

Já um outro estudo realizado com adolescentes de classes populares de Sertãozinho – SP, por Guimarães e Romanelli (2002) aponta para resultados diferentes dos encontrados por Campos e Francischini (2003). Traz alguns dados que mostram como o trabalho de adolescentes pode contribuir para assegurar a sobrevivência da família, bem como para impedir que os filhos fiquem ociosos “na rua”, evitando seu envolvimento com a marginalidade, além de poder propiciar amadurecimento psicológico e intelectual atuando como forma de socialização, complementando a ação da escola.

De acordo com Guimarães e Romanelli (2002), no ambiente de trabalho, apesar de estar submetido ao controle que os superiores exercem sobre suas atividades laborais, o adolescente também tem a oportunidade de conviver com iguais, com pares, e aprende a ordenar suas formas de sociabilidade e suas representações, o que amplia suas experiências e contribui para o processo de amadurecimento psicológico e intelectual.

Guimarães e Romanelli (2002) apontam ainda que o ingresso dos adolescentes no mercado de trabalho resulta, além da necessidade de prestar ajuda financeira à família, também do significado simbólico positivo atribuído ao trabalho que se opõe ao ócio.

Corroborando com isto, em um estudo sobre a avaliação das redes sociais de adolescentes em situação de risco, Pereira e Sudbrack (2003) comentam que além do trabalho ser um modo de sustento individual e familiar para jovens, pais e educadores de contextos desfavorecidos, a inserção no mundo precoce do trabalho constitui uma forma de atingir a independência financeira necessária para manter a auto-estima e o respeito da comunidade, uma possibilidade de maior autonomia perante os familiares e uma forma de manter a mente e o corpo ocupados.

Portanto, consideramos de suma importância, ao realizar um trabalho que trate de uma temática tão ambivalente, contextualizar como a experiência de trabalho poderia

interferir nas relações familiares dos adolescentes, levando em conta tanto as peculiaridades desta experiência quanto a repercussão disso para a vida deste jovem, observando se este trabalho está sendo realizado em rede, no sentido de estar articulado com a família, escola, postos de saúde, comunidade, instituição judiciária, etc., pois, como apontado por Pereira e Sudbrack (2003), a prática de redes sociais leva o sujeito a se redescobrir na relação com o outro, na construção e reconstrução de sua rede.

2 – MÉTODO

O objetivo deste capítulo é descrever o caminho percorrido para a realização da presente pesquisa. Privilegiando o enfoque qualitativo como norteador do processo de elaboração deste trabalho, consideramos o sujeito de estudo: “gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (Minayo, 1996, p. 22). Isto implica também considerar que nosso objeto de estudo é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação, conforme apontado por Minayo (1996).

Desta forma, buscamos compreender o que está sendo estudado, levando em conta o contexto, no sentido de situar nosso objeto de estudo historicamente, pois como destaca Minayo (1996), as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado. E isto envolve o pesquisador, pois, como citado por Vasconcellos (2002), não existe uma realidade independente de um observador e o conhecimento científico do mundo é construção social, em espaços consensuais, por diferentes sujeitos/observadores.

Consoante, González Rey (2002) comenta que toda construção é um processo complexo, plurideterminado, que exige a maior perícia do pesquisador para definir indicadores relevantes sobre o que estuda, o que é impossível sem sua implicação ativa, não só com os resultados dos instrumentos, mas com os sistemas de relações que devem ser estabelecidos no andamento da pesquisa. Neste sentido, esse autor afirma que a perspectiva qualitativa de investigação em psicologia apóia-se em três princípios: que o conhecimento é

uma produção construtiva-interpretativa, que este processo de produção do conhecimento tem um caráter interativo e que a significação da singularidade possui uma legitimidade em todo este processo.

Esta legitimidade pode ser expressa pelo estudo de casos o qual, de acordo com González Rey (2002), é pressuposto pelo curso da pesquisa qualitativa como momento essencial na produção do conhecimento, constituindo um processo irregular e diferenciado que se ramifica à medida que o objeto se expressa em toda sua riqueza. Neste aspecto, “o pesquisador está menos preocupado com o acúmulo de dados e mais envolvido com a produção de idéias e explicações a partir dos indicadores construídos no curso da pesquisa” (González Rey, 2002, p.79).

Neste sentido, González Rey (2002) afirma que ao considerar a generalização resultado da qualidade da construção teórica, os critérios de sua definição se definem pelo alcance das construções produzidas pelo pesquisador. Por isso, a individualidade é fonte legítima para a produção de generalizações, pois a informação procedente de um estudo de casos pode representar o elemento necessário para que um pesquisador gere uma idéia ou reflexão de alto potencial generalizador. Dado que mesmo que o singular seja único ao nível empírico, o significado da produção teórica produzida a partir dele representa um momento congruente dentro de um processo intelectual já em evolução no intelecto do pesquisador; nesta perspectiva, o caso não é um elemento isolado, mas um momento de sentido no curso da produção teórica.

Assim, nesta pesquisa foi realizado o estudo de casos de três jovens pretendendo o início de um estudo, aliando as questões relacionadas ao adolescente em conflito com a lei, trabalho, relações familiares e Bolsa de Reinserção Juvenil (conforme descrita no próximo tópico).

O Contexto de Realização da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no Centro de Desenvolvimento Social (CDS) da Ceilândia, localizado na QNM 16 AE Ceilândia Norte. Os adolescentes participantes estavam cumprindo a medida socioeducativa LA neste CDS. Para realizar o acompanhamento dos mesmos, havia uma equipe composta por duas assistentes sociais e uma psicóloga.

Concomitantemente à realização das entrevistas para a pesquisa, acontecia o Projeto Fênix na Comunidade, já descrito anteriormente, do qual eu participava; a partir dele pude ter um contato mais aproximado com a realidade destes adolescentes que não só no momento da entrevista, já que dois dos três adolescentes entrevistados faziam parte do mesmo.

Quando da realização desta pesquisa, a Secretaria de Estado da Ação Social (SEAS), através das Unidades Operativas localizadas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, estava implementando um Programa de Reinserção Juvenil que se caracterizava por uma bolsa de R\$ 130,00 (centro e trinta reais) concedida ao adolescente que estava cumprindo as medidas socioeducativas LA, Semi Liberdade (SM) e Internação (somente após desligado desta medida). Este benefício tinha o caráter eventual, podendo ser suspenso a qualquer momento e trazia alguns requisitos para que os adolescentes pudessem ser contemplados, entre os quais: estudar; ter renda *per capita* de até um salário mínimo; não reincidir o ato infracional; não ter mandado de busca e apreensão; residir no Distrito Federal; participar das reuniões socioterapêuticas e ter esposa e filho (prioridade). Estas reuniões socioterapêuticas eram justamente as realizadas pelo Projeto Fênix na Comunidade.

Os Participantes da Pesquisa

Participaram desta pesquisa três adolescentes que estavam cumprindo a medida socioeducativa LA no CDS de Ceilândia, além de suas famílias. Para descrevê-los, serão criados nomes fictícios para que suas identidades e de suas famílias sejam protegidas.

O primeiro jovem entrevistado foi Joilson que na época tinha 19 anos de idade. Estava fazendo o curso Técnico em Radiologia e já tinha o segundo grau completo. Trabalhava com vistoria de carros para seguradoras de automóvel e usava uma moto para realizar este trabalho. Morava com os pais e três irmãos mais novos na Ceilândia. A mãe, 41 anos, é diarista e cursou até a 7ª série. A família acha que o pai, com 40 anos, é segurança/vigilante, pois não diz o endereço do trabalho, nem quanto ganha. Este terminou o ensino médio. Os irmãos têm 18, 16 e 10 anos de idade. O adolescente de 18 anos estava cursando o 1º ano do ensino médio e já trabalha num supermercado e a irmã de 16 anos está na 7ª série do ensino fundamental. Joilson recebia a Bolsa de Reinserção Juvenil.

O segundo entrevistado foi Márcio, 17 anos, que estava cursando o 2º ano do ensino médio. Trabalhava num laboratório de exames (de sangue, urina, etc.) e tinha um contrato de trabalho. O adolescente morava com seu pai (37 anos), a madrasta (26), o avô paterno (59), a tia (23) e a prima (10) na Ceilândia. Sua mãe morava na casa do pai dela (65 anos) com a filha (7) de um segundo relacionamento e três irmãs, também na Ceilândia. No momento da entrevista, a mãe estava desempregada e o pai trabalhava em um Laboratório de Ótica. Márcio também recebia a Bolsa de Reinserção Juvenil.

Por fim, foi entrevistado o Paulo, com 19 anos na época da pesquisa. Havia cursado até a 7ª série e estava sem estudar no momento. Estava trabalhando na copa de um bar no

Lago Sul. Ainda estava no período de experiência. Morava com sua mãe (47 anos), com a namorada (23) e o irmão (17). Sua mãe trabalhava na limpeza de um Hospital e seu pai tinha um bar e lidava com jogo do bicho numa Favela, onde morava. Paulo não recebia a Bolsa de Reinserção Juvenil por não estar estudando, requisito básico para receber o benefício em questão.

Instrumentos para Investigação

Para a coleta de informações foi utilizada a observação participante, as gravações das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os adolescentes e com seus familiares, além dos genogramas feitos durante a entrevista familiar.

A observação participante se caracteriza pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Para Minayo (1996), é o momento que enfatiza as relações informais do pesquisador no campo que registra as informações num instrumento chamado Diário de Campo. A autora afirma que a importância desta técnica reside no fato de se poder captar uma variedade de situações que não são obtidas por meio das entrevistas formais, uma vez que, observadas diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real. Desta forma, eram registradas no Diário de Campo (conforme Anexo 1) as observações realizadas e as conversas informais da pesquisadora com os adolescentes ou sua família antes da realização das entrevistas e das visitas domiciliares para que, posteriormente, estas informações fossem acrescentadas aos dados obtidos através das entrevistas formais.

A entrevista, de acordo com Minayo (1996), é o procedimento mais usual no trabalho de campo, pois através dela o pesquisador visa apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, mas sim, deve ser um facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos participantes, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Ela inclui diferentes abordagens que podem ser decompostas em: entrevista aberta, entrevista estruturada, semi-estruturada, entrevistas através de grupos focais e histórias de vida.

Nesta perspectiva, a partir dos instrumentos utilizados por Penso (2003) em sua Tese de Doutorado, elaboramos duas entrevistas semi-estruturadas: uma para ser realizada individualmente com o adolescente (Anexo 2) e outra para ser feita com ele e sua família (Anexo 3). O modelo de entrevista escolhido foi o semi-estruturado levando em conta que o potencial de uma pergunta não termina em seus limites, mas se desenvolve durante diálogos que se sucedem na pesquisa, conforme afirma González Rey (2002).

Outro instrumento utilizado nesta pesquisa, os genogramas, ou genetogramas, conforme McGoldrick e Gerson (1995), constituem instrumentos úteis quando avaliamos o lugar de uma família no ciclo de vida, proporcionando uma visão de um quadro trigeracional de uma família e de seu movimento através do ciclo de vida. Através dos genogramas, que são retratos gráficos da história e do padrão familiar, visualizamos a estrutura básica, a demografia, o funcionamento e os relacionamentos da família. A partir deles, é possível descrever os padrões familiares à primeira vista, ponto importante para este trabalho, já que uma das dimensões investigadas são as relações familiares do adolescente.

Procedimentos

Os jovens que estavam cumprindo a medida socioeducativa LA e trabalhavam foram convidados para participar das entrevistas para elaboração deste estudo logo após o consentimento do Juiz Titular da Vara da Infância e da Juventude do DF, Renato Rodovalho Scussel, para a realização desta pesquisa com os adolescentes do CDS de Ceilândia.

As entrevistas individuais com os adolescentes eram agendadas pela equipe da LA no próprio CDS, onde foram realizadas, com o consentimento dos mesmos e seus responsáveis (mães), nas salas direcionadas para o atendimento Psicossocial, gentilmente cedidas por esta equipe e tiveram a duração de aproximadamente uma hora, cada uma. A entrevista de Joilson foi realizada em 27/07/2005, a de Márcio em 23/09/2005 e a de Paulo em 03/10/2005.

Após as entrevistas com os adolescentes, propusemos marcar uma visita em suas residências para a realização de uma entrevista familiar. A visita domiciliar era marcada com o consentimento do responsável pelo adolescente, com o objetivo que o maior número possível de membros da família, inclusive o adolescente, participasse da entrevista pois como eram famílias de baixo poder aquisitivo, o deslocamento para o CDS poderia constituir um impeditivo para a participação da pesquisa.

Além disso, conforme Brandão e Costa (2004) relatam, o contato com a família no contexto em que ela vive pode trazer benefícios para a equipe, no nosso caso a pesquisadora, e para a família, pois a visita pode ser vista como um momento para que ambas se conheçam. Ela deve ser exploratória para que possa haver uma construção de impressões sobre a relação entre seus integrantes e deles com seu ambiente, sendo este momento

importante para se perceber que nem sempre a família é como foi imaginada, a partir do relato de outras pessoas ou por contatos com um dos seus integrantes.

Assim, as entrevistas familiares de Joilson e Márcio foram realizadas através da visita domiciliar e a de Paulo, no próprio CDS.

Para a entrevista familiar de Joilson foram necessárias duas visitas, uma no dia 28/07/2005 e outra 24/09/2005, pois o adolescente não estava presente na residência no momento da primeira, só estavam sua mãe e sua irmã caçula. Já na segunda visita participaram sua irmã de 16 anos e ele próprio, além da mãe e da caçula. Relataram não saber para onde o pai havia ido no momento da entrevista. Ambas tiveram a duração de aproximadamente 1 hora e meia.

Já a entrevista familiar de Márcio foi realizada através de uma visita domiciliar no dia 01/10/2005, contando com a participação de sua mãe e do próprio adolescente; os pais são separados. O adolescente mora com o pai, mas a visita foi agendada na casa da mãe, porém, quando a pesquisadora lá chegou foi informada que o adolescente não estava. Então sua mãe ligou para ele e combinou de ir com a pesquisadora para a residência de seu pai, onde foram recebidos pela madrasta do adolescente. Para a realização da entrevista a madrasta se retirou da casa e foi para o barraco de fundo, participando o adolescente e sua mãe. Márcio não sabia para onde o pai tinha ido no momento da entrevista. Achava que tinha ido para o bar. Esta teve duração de 1 hora e meia aproximadamente.

Paulo teve a entrevista familiar realizada no próprio CDS no dia 03/10/2005, pois a família considerava mais fácil, já que sua residência ficava localizada distante do CDS e o filho e a mãe tinham dificuldade de agendar horário para receber visita levando em conta que o dia de folga no trabalho do filho e da mãe nem sempre coincidia. E como esta já

estaria no CDS neste dia acompanhado-o, consideramos oportuno a realização da entrevista familiar a qual teve a duração aproximada de uma hora e meia.

É importante ressaltar que nas entrevistas marcadas com os jovens e seus familiares, somente a família de Joilson contou com a participação de outros membros além da mãe e do adolescente, no caso duas irmãs. As outras duas famílias só tiveram a participação das mães e do próprio adolescente durante a entrevista familiar.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos adolescentes e suas mães e transcritas para as análises posteriores.

Método de Análise das Informações

Para a análise e interpretação das informações obtidas, bem como para viabilizar o processo de construção do conhecimento, foi utilizada a proposta da Investigação Qualitativa de González Rey (2002) na qual a análise é realizada a partir de indicadores que aparecem nos instrumentos, nas relações entre eles, bem como em quaisquer das situações e processos formais e / ou informais que constituem o campo da pesquisa e que representem alguma dimensão de sentido presente no estudo.

Os indicadores podem ser definidos como elementos ou conjunto de elementos que adquirem significação através da interpretação do pesquisador e representam um momento hipotético no processo de produção da informação, mesmo que conduzam ao surgimento de outros novos indicadores por meio de novas idéias do pesquisador associadas aos indicadores precedentes (González Rey, 2002).

Para González Rey (2002), um indicador é uma construção capaz de gerar um significado pela relação que o pesquisador estabelece entre um conjunto de elementos que, no contexto do sujeito estudado, permitem formular uma hipótese que não guarde relação direta com o conteúdo explícito de nenhum dos elementos tomados em separado. Assim, não tem valor como elemento isolado, estático, mas pelo seu significado no conjunto de elementos de sentido que o sujeito expressa no instrumento e na situação de sua aplicação.

Os indicadores são categorias produzidas no processo de construção do conhecimento que se constituem em instrumentos para a definição de zonas de sentidos sobre o problema estudado. As zonas de sentidos são construídas no diálogo com os dados e são uma referência dos processos construtivos do pesquisador. Nesta perspectiva, o desenvolvimento de indicadores conduz ao desenvolvimento de conceitos e categorias novas no curso de uma pesquisa, sendo a produção de indicadores e categorias processos inter-relacionados (González Rey, 2002).

Descrição do Processo Interpretativo

Para realização da presente pesquisa, seis adolescentes que preenchem os requisitos para participar (estar cumprindo LA e trabalhando com contrato de trabalho) foram contatados e convidados, porém quando agendávamos a entrevista, eles simplesmente não iam e não avisavam que deixariam de ir. Quando ligávamos para suas casas alegavam motivos diversos de não poderem comparecer: diziam que estavam doentes, que haviam esquecido e, às vezes, a família afirmava que o adolescente havia saído de casa para ir ao CDS mas este não aparecia na Instituição.

Isto se configurou em uma dificuldade para a realização deste estudo, pois era difícil encontrar adolescentes que estavam cumprindo LA e trabalhavam (em um emprego regular, que não fosse “bico”) concomitantemente. Na época desta pesquisa, dos 153 adolescentes que estavam em atendimento pela LA no CDS de Ceilândia, foram identificados apenas sete que trabalhavam num emprego regular celebrado por um contrato de trabalho ou estágio. Havia outros (poucos) adolescentes que trabalhavam como cobradores de transportes alternativos, ajudantes de pedreiro, ou seja, em atividades eventuais sem vínculo formal (contrato de trabalho ou estágio) com o empregador; ressaltamos que a experiência de trabalho a ser analisada neste estudo deveria ser proveniente de uma ação contínua e não esporádica.

Contudo, depois dos contatos realizados, três adolescentes se mostraram disponíveis para participar desta pesquisa; assim foram realizadas sete entrevistas, sendo três com os adolescentes e quatro com seus familiares (a família de um adolescente foi entrevistada duas vezes devido ao fato do mesmo estar ausente na primeira entrevista familiar, conforme já descrito anteriormente) além da elaboração do genograma pela família do adolescente.

Para análise destas informações as entrevistas foram transcritas possibilitando a emergência de um material muito rico e vasto para interpretação. Durante a leitura deste material identificamos vários indicadores que levariam a construção de Zonas de Sentido diversas, o que nos obrigou a fazer opções baseadas em nosso objeto de trabalho, na perspectiva em que

“as categorias são instrumentos do pensamento que expressam além do momento do objeto estudado, o contexto histórico cultural em que esse momento surge como significado e, com ele, a história do pesquisador, que é elemento relevante na explicação de sua sensibilidade criativa” (Gonzalez Rey, 2002, p. 60).

Desta forma, realizamos nossa análise em quatro partes: a primeira se constitui da

apresentação dos adolescentes, seu contexto familiar e o genograma; a segunda trata do significado do trabalho para estes jovens e seus familiares; a terceira versa sobre a dinâmica familiar e o trabalho do adolescente em conflito com a lei; e a quarta sobre o significado da Bolsa de Reinscrição Juvenil para os adolescentes e suas famílias.

3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

3.1 – APRESENTAÇÃO DOS ADOLESCENTES, SEU CONTEXTO FAMILIAR E O GENOGRAMA

Conforme (González Rey, 2002), o caráter construtivo-interpretativo atribuída à produção do conhecimento enfatiza que este tem que ser construído em relação ao que expressa o sujeito estudado; sendo que nenhuma expressão do sujeito pode ser tomada de forma direta pelo pesquisador fora do contexto geral em que se produz; neste sentido, procederemos com a descrição dos aspectos relevantes para o presente estudo, tanto na ótica trazida pelo adolescente quanto na visão de sua família, da história destes jovens, além da apresentação dos genogramas.

3.1.1 - Joilson

Joilson mora com os pais e os irmãos na Ceilândia Norte. É o mais velho de uma prole de quatro filhos e tinha 19 anos na época da entrevista; trabalhava fazendo vistoria de carros para uma seguradora e faz um curso técnico em Radiologia. Sua mãe é diarista e o pai, segundo a família, é vigilante ou caseiro, mas não tem certeza pois ele mesmo nunca disse em que trabalhava (local, salário) e como fica de dois a três dias sem ir para casa a família deduziu que ele trabalha como vigilante.

O adolescente se descreve como um rapaz calmo que já aprontou muito mas agora está tranquilo; diz que agüenta tudo calado e só “estoura” no extremo. Considera-se um bom filho que ajuda a mãe em casa, mas de vez em quando, tem que dar uma extravasada.

Comenta ser mais apegado à mãe que ao pai e afirma que a mãe “marca” e o pai já é mais distante.

Considera-se um amigo fiel, dependendo do amigo. Como namorado diz ser um pouco "pilantra", pois de vez em quando trai um pouco. Define-se como um bom trabalhador, que cumpre suas obrigações e faz o melhor na empresa para progredir.

Resume a história de sua vida dizendo que sempre morou na Ceilândia e estudou mas teve um tempo que começou a faltar aula e "vacilar". Faz referência à contribuição da influência das amizades para ter cometido o ato infracional, depois corrige-se dizendo que isto não interfere, que a pessoa "apronta" porque quer mesmo.

Em relação ao trabalho, Joilson afirma que serve para se sustentar e sair de casa. Diz que ficar em casa é muito ruim. A mudança que observou em sua vida desde que começou a trabalhar é que não fica mais na rua, o que evita que ele arrume confusão pois acha que quando fica na rua isto acaba sempre acontecendo. Além disso, acha que a relação em casa também melhorou, pois os pais o chateavam ("xaropavam") muito porque ele ficava o dia inteiro na rua. O que vê de negativo no trabalho é o risco de acontecer algum acidente por andar de moto e chegar atrasado no curso de Radiologia. Ademais, também se incomoda quando seus superiores não acreditam nele, acha que isso atrapalha seu trabalho. Com o dinheiro que recebe paga a prestação de sua moto, ajuda em casa e guarda o resto para se divertir.

Quanto aos atos infracionais, o primeiro foi um assalto e o segundo, um ano depois, porte de arma. Diz que os motivos que o levou a cometer tais atos foi a falta de dinheiro e o que o fez parar foi a mãe, pois esta sofre demais, mais do que ele próprio. Na época sua mãe ficou chocada, ela foi a última a saber que ele estava sendo preso. Fala também sobre sua tia paterna Zumira, que se preocupa em não magoá-la, pois ela o viu quieto e quis ajudar: ela

financiou a moto para Joilson em seu nome e paga o curso de Radiologia; então ele diz que não pode "aprontar" para ela não pensar que seu investimento foi em vão. Joilson acha que o trabalho também influenciou positivamente porque não fica mais na rua; ao invés de ficar pensando em "aprontar" para conseguir algo, fica pensando o que vai fazer com o dinheiro que ainda vai receber.

Joilson recebe a Bolsa de Reinserção Juvenil e acha que serve como um incentivo: "ganhar dinheiro só para estudar". Desde que começou a receber a bolsa, deixou de faltar ao curso de Radiologia, pois ter presença é critério para recebê-la; no entanto o valor que recebe não gasta com estudo, dá tudo para sua mãe exceto quando não tem nenhum dinheiro, então pega a metade.

Para o futuro, Joilson acha que estudou pouco porque queria ser médico; pensa em terminar seu curso, arrumar um bom emprego, montar sua casa, comprar suas coisas, ajudar sua mãe e estudar um pouco mais para se tornar médico.

Contexto familiar de Joilson

Somente a mãe, Sra. Tatiana, e a irmã caçula de Joilson participaram da primeira entrevista familiar; da segunda, além destas duas participaram também o Joilson e sua irmã Mariana.

A mãe de Joilson relata que percebe sua família muito unida; diz querer ver todos estudando, trabalhando e não "aprontando" como o Joilson fez, pois ficou muito desesperada e triste quando o adolescente foi preso as duas vezes. Foi uma surpresa. Aponta que seu marido também ficou desesperado mas considera o homem mais forte. Ele ajudou na procura por um advogado. Considera também que o CDS de Ceilândia ajudou bastante:

aconselhando, orientando e tranquilizando-a.

Em relação as instituições que Joilson cumpriu medida, faz referência também a um hospital em que ele cumpriu a medida socioeducativa de Prestação de Serviço para Comunidade (PSC) (referente ao segundo ato infracional) devido ao fato desta experiência ter influenciado positivamente o jovem, pois ele gostou e começou a vislumbrar a possibilidade de arrumar um emprego neste hospital, então ele foi gostando e logo arrumou um emprego (não no hospital).

Quando questionada sobre o que acha que levou o adolescente a se envolver com a justiça, a mãe responde que foram as amizades pois de sua casa acha que não houve nenhum motivo para que Joilson fizesse o que fez; contudo, quando da execução do genograma, a família trouxe uma informação que não havia sido dita nem na entrevista com o adolescente, nem na entrevista familiar: quando o adolescente foi preso pela primeira vez quem estava dando as informações sobre a vítima do assalto e as orientações para o mesmo era seu tio Vagner (irmão do pai do adolescente).

Este tio teve uma participação importante na história desta família, pois quando os filhos eram pequenos os pais ficaram um tempo (aproximadamente quatro anos) separados. O pai arrumou outra pessoa e foi para São Paulo. Enquanto isso este tio ficou com eles, levava as crianças ao zoológico, soltava pipa, brincava; era muito apegado à família. Além disso, a mãe de Joilson o acolhia sempre que sua mãe o expulsava de casa, pois ele tinha envolvimento com droga e foi preso diversas vezes.

Joilson começou a contar para os pais sobre a participação deste tio no assalto praticado depois que saiu do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), e desde então sua mãe cortou relações com ele; mais tarde, Joilson também se distanciou apesar de ainda o cumprimentar. Na época da entrevista este tio se encontrava preso mas sempre que

está solto a família relatou que percebe que ele fica rondando sua casa. Joilson diz gostar dele e gostaria que melhorasse.

Quanto ao significado do trabalho, a família (representada na pessoa da mãe) considera, depois dos estudos, uma das melhores coisas: “tem que estudar para no futuro ter um trabalho bom”. Além disso, afirma que ao trabalhar tem-se o dinheiro para conseguir as coisas e não ficar pensando besteira. Desde que Joilson começou a trabalhar, a família o percebe mais sério, além de não ter tempo para nada. De acordo com a Sra. Tatiana, o valor que o adolescente recebe pelo trabalho, quando sobra, ele dá um pouco para ela para pagar uma conta de luz, de água, além de pagar a moto. Diz que ele ajuda bastante.

No que tange a Bolsa de Reinserção Juvenil, a mãe a define como uma benção de Deus, pois ajuda a sustentar seus quatro filhos, sendo ela quem decide sobre este dinheiro, já que o adolescente o entrega em suas mãos.

Em relação ao futuro, o sonho da mãe é de que os filhos trabalhem para fazer uma faculdade, já que os pais não conseguiram nada; quer ver todos trabalhando, formados, felizes e casados com seus filhos. Gostaria que Joilson fosse advogado para aproveitar os livros de sua tia Zumira que faz este curso mas diz que o filho quer ser médico, então concorda.

3.1.2 - Márcio

Márcio se define como uma pessoa carinhosa, de amor, mas que quando fica nervoso, é muito nervoso. Isto acontece quando alguém o chateia ou quer que ele faça alguma coisa. Mas em geral, considera-se tranqüilo, no que difere de seu pai, pois este fica muito agressivo quando bebe, grita por qualquer coisa; quando isto acontece, Márcio já se chateia e vai para a rua.

O adolescente gosta de sair para festas e de mulher; diz não mexer com droga mas bebe ocasionalmente. Considera-se um bom filho que respeita os pais na maioria das vezes, pois de vez em quando não dá para obedecer. Acha que também é um bom amigo, confiável, desde que não “pisem na bola” com ele.

Como trabalhador relata também ser bom, pois chega na hora e faz tudo o que pedem além de não deixar problemas se refletirem no serviço, pois o problema é só dele e o serviço considera uma coisa a parte.

Resume sua história de vida dizendo que nasceu, cresceu e na adolescência cometeu uma besteira que não vai voltar a acontecer; agora pensa em ter sua família, sua casa.

Em relação ao significado do trabalho, Márcio se reporta a este item como uma forma da pessoa suar para ganhar o seu dinheiro com dignidade. Trabalhar serve para distrair sua mente da besteira que fica pensando, além de passar o tempo e ficar menos tempo na rua porque quando fica na rua o “capeta atenta”. O trabalho é útil para ter o dinheiro para não fazer mais besteira, também para ficar mais conhecido, mais informado; com o valor que recebe compra suas coisas e sai para festas.

Desde que começou a trabalhar sente raiva de quem rouba o dinheiro de um trabalhador que ganha um salário mínimo ou de um senhor velhinho. Acha que se forem

pegar (roubar) tem que ser de quem tem, dos *play boys* por exemplo. Outra mudança foi a relação familiar: seu pai e sua família passaram a confiar mais nele, o que não acontecia anteriormente ao trabalho do adolescente. Acha que adquiriu mais responsabilidade. Agora fica mais tempo no trabalho e depois na escola; antes só vivia na rua.

Quanto ao ato infracional, relata que foi em 2003 quando tinha 15 anos. Estava sem dinheiro, cometeu um furto e acabou sendo preso. A reação de sua família foi ficar com raiva, pois ninguém nunca havia sido preso e justo ele, adolescente, acabou sendo.

Márcio recebe a Bolsa de Reinserção Juvenil. Considera-a como um incentivo ao estudo, mas nem tanto porque já pensava em estudar antes de recebê-la. Deste valor, sempre dá metade para sua mãe porque ela precisa mais do que seu pai, que não sabe que ele recebe tal benefício. A sua parte gasta com festas e roupas.

Para o futuro, pensa em sempre estar ganhando mais a confiança da família e ter suas próprias coisas para não precisar ficar pegando dos outros. Além disso, pretende ser um médico, advogado ou, se não der nenhuma das duas opções, passar em um concurso público.

Contexto familiar de Márcio

A mãe de Márcio, Sra. Silvia, considera sua família muito unida e gostaria de ter o adolescente junto de si, já que este mora com o pai. Isto ocorre porque quando os pais se separaram a Sra. Silvia levou o jovem para morar consigo, porém estava sem emprego e chegou a época do adolescente estudar. Pensando no futuro do menino, decidiu dá-lo para a avó paterna porque esta tinha melhores condições para cuidar dele. Mesmo o pai e a mãe (avó paterna de Márcio) morando na mesma casa, a Sra. Silvia

esclareceu que o filho foi dado à avó e não ao pai. O adolescente comenta que se sente bem escutando a mãe afirmar que ele foi dado para a avó.

Para a mãe, o motivo que a levou à separação do pai de Márcio foi o álcool, tanto dela quanto do ex-marido. Ela procurou os Alcoólicos Anônimos (AA) e parou de consumir álcool há três anos. Ela acha que o ex-marido continua com o vício. Gostaria de ainda estar com ele para terminar de criar o filho; diz que se tivesse a cabeça que tem hoje não teria se separado. Contudo, a mãe teve outro companheiro com quem tem uma filha de sete anos, sendo que ele se encontrava preso na época da entrevista. Márcio diz que se a mãe ainda estivesse com este companheiro ou ele (Márcio) o teria matado ou estaria morto, pois o mesmo costumava bater em sua mãe.

Quanto ao trabalho, a Sra. Silvia considera como um complemento na vida das pessoas, para comprar um remédio, alimentação, pagar água, luz, telefone (prover as necessidades básicas). Diz que o filho gosta de trabalhar para ter suas próprias coisas, de seu suor, sem depender do pai. Relata que Márcio mudou para melhor desde que começou a trabalhar, ficou responsável, não chega atrasado. Afirma não saber o que o adolescente faz com o dinheiro que recebe pelo trabalho, pois fica todo com ele mesmo.

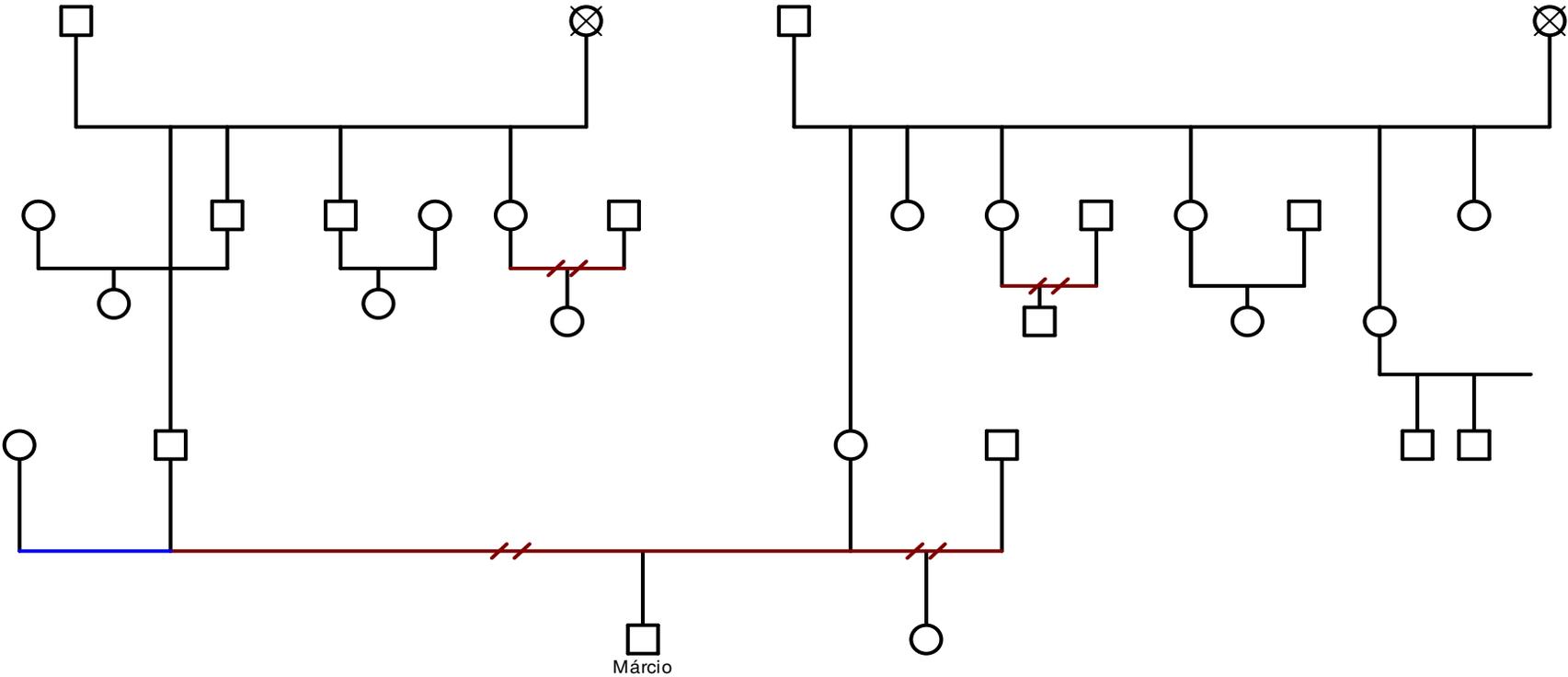
Em relação ao ato infracional, acha que o que levou seu filho a cometê-lo foram as más companhias. Na época ficou em pânico, não sabia o que fazer; ligou para o pai de Márcio e ele falou que era para o filho morrer na cadeia. Conversou com ele falando que assim não era certo e este decidiu que queria pagar um advogado. Antes de Márcio ser preso, seus pais não conversavam, passando a fazê-lo somente após a prisão do filho. Começaram a conversar o básico. Márcio relata se sentir um cupido ao escutar isto. Para a mãe, Márcio melhorou 100% após esta prisão. Ficou mais atencioso com ela, passou a pedir conselhos, ficou um menino mais meigo, antes era muito fechado.

No que se refere a Bolsa de Reinserção Juvenil, a Sra. Silvia a considera um

incentivo para o adolescente ir para a escola. Já Márcio afirma que a bolsa não o influenciou na escola porque já estava decidido a freqüentá-la. A mãe diz que o filho dá cinquenta reais do valor da bolsa para ela e o resto gasta com festa.

Quanto ao futuro, a mãe gostaria que o filho fosse bombeiro. Ela o imagina em um bom emprego, fazendo faculdade, sendo um profissional.

Genograma de Márcio



3.1.3 - Paulo

Paulo se define como um adolescente meio triste e muito humilde, marcado pela morte dos dois irmãos mais velhos. Inicialmente, o adolescente afirma que o seu irmão primogênito foi assassinado aos 19 anos por causa de mulher. Conta que o mesmo namorava uma moça que morava em uma quadra rival à sua. Então seus “amigos” começaram a pensar que ele estava levando e trazendo informações de uma quadra para outra quando ia visitar a namorada e o assassinaram dentro da casa de uma tia. Depois desta revelação Paulo fica na dúvida se a motivação deste crime foi mulher ou “rixa”. Paulo relata que até botar sua cabeça no lugar, tudo que pensava era destruir a vida dos assassinos do irmão, pois eles fizeram sua mãe chorar. Diz que está se colocando mais em seu lugar, pois houve uma época em que estava muito “nem aí”, até para sua mãe.

Já em relação ao outro irmão, que morreu com 18 anos, não pensou em fazer vingança porque ele morreu atropelado. O acidente ocorreu após seu irmão e um amigo terem assaltado um ônibus dentro do qual havia um policial. Este pegou o cúmplice do irmão de Paulo e este, para não ser pego também, saiu correndo de dentro do ônibus para a rua que era bastante movimentada, onde foi atropelado por um caminhão e morreu. Paulo relata que seu irmão estava com “mania” de assaltar ônibus todo dia de manhã. Os dois irmãos mais velhos de Paulo tinham envolvimento com drogas.

Depois destes acontecimentos com seus irmãos mais velhos Paulo, quando completou 18 anos, ficou pensando, receoso, no que poderia acontecer com ele também.

Quanto a sua relação com a sua mãe, Paulo diz que agora está sendo um bom filho, antes dava muita dor de cabeça para ela, nem dormia em casa. Hoje não consegue ficar longe de sua mãe, a considera o braço direito dele e vice-versa.

O adolescente relata ser um ótimo amigo também. Diz que quando estava na

vida de crimes dava conselhos aos amigos para não tirar a vida de ninguém. Já chegou a entrar na frente de bala para evitar a morte entre amigos porque, de acordo com Paulo, na malandragem são os próprios amigos matando uns aos outros. Considera-se sincero e diz que a pessoa tem que saber por onde anda, pois têm uns “caras” que só porque fumam (maconha), não o chamam para nada. Não consideram Paulo como ele os considera. Paulo dá a entender que não é mais chamado pelos colegas porque não usa mais drogas.

Como namorado, Paulo considera-se meio estranho, acha difícil compreender todas as namoradas que já teve. Fala das mulheres que conheceu quando estava na “vidona” (de crimes) que ao invés de tirar o homem desta vida o afundava ainda mais na mesma, queriam experimentar as drogas em que o namorado era viciado, queriam dinheiro, relata que pareciam querer tirar o que o homem tinha. Diz que nunca chegou a bater em mulher mas dizia para as namoradas que era melhor que terminassem senão as acabaria matando e elas “vinham com falsidade de chorar”. Em relação a namorada atual, com quem estava morando na época da entrevista, diz estar enjoando dela, pois ela quer acompanhá-lo em qualquer lugar que ele vá; ela está implicando com seus amigos, pois acha que se ele sair com os amigos pode voltar a consumir drogas.

Paulo afirma ser difícil contar a história de sua vida e agradece a Deus por estar mudado e não estar enfiado no mundo das drogas até hoje.

O adolescente se refere ao trabalho como uma coisa séria, onde não pode brincar. Diz que antes de trabalhar não tinha nada para fazer durante o dia, só vinha pensamento ruim; agora já tem o dinheiro para ajudar a mãe a pagar o aluguel e comprar as coisas em casa. Acha melhor trabalhar do que ficar roubando e vendendo droga para dar dinheiro para “patrão”, chegando a ir preso e ver a mãe se humilhar, ficando nua para visitá-lo. Acha positivo trabalhar sabendo que no final do mês terá um “dinheirinho

guardado sem compromisso com ninguém”; além de ocupar a cabeça em outro lugar e sair das ruas. Considera isso bom demais.

Desde que começou a trabalhar, Paulo comenta que começou a conseguir receber regras; achava que nunca ia conseguir ser mandado por alguém. Antes Paulo achava que os conselhos de sua mãe eram para chateá-lo, agora reconhece que eram para ajudá-lo. Afirma que só dormia brigado com a mãe, hoje quando chega em casa ela o está esperando; agora ele pede a benção e ela é quem vai abrir a porta para ele. Considera que está tudo em ordem. Com o dinheiro que receber pelo trabalho (estava no período de experiência) vai ajudar sua mãe a pagar o aluguel e umas prestações referentes a roupas que ela comprou para ele e o irmão.

Em relação ao envolvimento com a justiça, Paulo relata que a primeira vez foi porque foi pego pela polícia, durante uma revista, com uma chave universal de abrir carros. Diz que esta chave era do carro de um amigo e que este havia emprestado o carro para que Paulo fosse encontrá-lo em um forró. Paulo foi, encontrou com o amigo e na hora em que foram revistados a chave ainda estava com ele. Segundo Paulo, coincidentemente tinha uns “caras” que estavam roubando carros na favela onde estavam. Então os policiais acharam que ele era o ladrão de carros e o algemaram; falaram que ele tinha cara de maloqueiro. Paulo ficou indignado porque explicou que a chave era do carro do amigo e ninguém acreditou nele. É importante ressaltar que Paulo relatou ter sido revistado naquela noite porque “estava muito flagrante”, vestido com uma jaqueta de couro, o que chamou a atenção dos policiais.

A segunda vez foi quando foi resgatar os amigos que haviam invadido uma casa na qual estava acontecendo um casamento. Os amigos, que estavam drogados, invadiram a casa na intenção de roubar caixas de cerveja que viram os convidados levando para a residência. Ao invadirem a casa foram imobilizados e desarmados pelos

convidados que começaram a bater neles. Paulo, junto com alguns amigos, foi resgatar os colegas e neste resgate, um dos amigos de Paulo estava com uma arma (que foi usada para dar tiros no portão a fim de abri-lo, o que não adiantou) e um carro roubado o qual foi usado para derrubar o muro da casa e entrarem. Durante a invasão desta casa um dos tiros acertou o pai do noivo, que morreu, e sumiu um aparelho de som, o qual até hoje tanto Paulo quanto seus amigos não sabem quem pegou, acham que pode até ter sido algum convidado. Então o crime foi enquadrado como latrocínio. Paulo considera que os policiais pegaram pesado.

Outro envolvimento com a justiça foi devido ao porte ilegal de arma. Os policiais o levaram juntamente com dois amigos. Na hora de assumir na delegacia, Paulo falou que a arma era sua; achou que ia ficar preso, mas não ficou. Afirmou que sua mãe não sabe deste fato e que era melhor que não soubesse. Paulo acredita que o que o motivou a cometer tais atos infracionais foi a droga, cocaína.

De acordo com o adolescente, a reação de seu pai foi ficar “doido” quando tomou conhecimento do envolvimento do filho com a justiça; queria que a mãe o deixasse de mão, pois o filho ia virar “maloqueiro”. Sua mãe também ficou “louca”, estava viajando e teve que vir para Brasília, diz ter estragado as férias de sua “velha”.

No entender de Paulo, o que o fez parar de se envolver com crimes foi a sua mãe porque ela está ficando velha e precisando mais dele e do irmão. Diz que ela é tudo para ele, que se não fosse ela já estaria morto ou em uma cadeia. Pensa ainda que ela pode não suportar a perda de outro filho. Faz referência também ao CDS, pois fez um curso de informática (através da medida socioeducativa) nesta instituição que o “segurava” a metade do dia, ocupando sua mente. Depois disso começou a procurar “outro emprego” que não o tráfico.

O adolescente diz ter conciliado bem a medida socioeducativa e o trabalho, pois

desde que fez este curso e iniciou a trabalhar começou também a sonhar, agora considera que já tem um sonho, que tem praticamente um futuro. Antes não sonhava, não tinha tempo para nada, agora está com a cabeça mais livre para estudar, construir um lar.

Para o futuro pretende organizar mais a sua vida e ajudar sua mãe a construir a casa dela. Quer mostrar para ela que ele é capaz de trabalhar para ela ficar parada, sem fazer nada. Gostaria de ser médico mesmo tendo parado de estudar, acha que ainda pode correr atrás. Agora pretende ficar tranqüilo, diferente de outros tempos quando só pensava em besteira, como roubar e matar.

Contexto Familiar de Paulo

A mãe de Paulo, Sra. Noeme, quando questionada sobre como se sente em relação a sua família, comenta se sentir bem no que diz respeito aos dois filhos vivos. Afirma que Paulo é um menino muito bom, obediente, não responde, não é agressivo, não é violento e a respeita. Aponta que na idade dele os meninos são violentos com a mãe, querem bater, o que não acontece com seu filho.

Em relação a história de vida da família, lembra que Paulo não é o primeiro filho, que perdeu dois mais velhos do que ele (afirma que o mais velho foi assassinado por causa de mulher e o outro morreu atropelado, sem mais detalhes) e tem um caçula de 17 anos. Lamenta não ter tido nenhuma menina. Diz que gostaria que seus netos fossem do sexo feminino. Paulo afirma que acha que ainda não está na hora da mãe pensar em netos.

Durante a confecção do genograma, Paulo diz que não se dava muito bem com o irmão que foi atropelado e também é distante do irmão caçula. Conversava mais com o

irmão mais velho. A mãe afirma que tanto Paulo quanto seu filho caçula são muito fechados.

Paulo relata já ter visto o irmão caçula fumando (não deixou claro se foi cigarro ou maconha) na rua. A mãe diz que se Paulo vir é para bater; tem que corrigir porque está no lugar de irmão mais velho. Paulo comenta que não adianta bater, tem que conversar mais para afastá-lo das más companhias e que se não adiantar, tem que deixar de mão. O adolescente é questionado sobre como se sente dando o mesmo conselho que seu pai deu para sua mãe quando foi preso, ele diz que é só para dar um susto no irmão. Sua mãe afirma que não abandonará o filho, pois pelo pai já teria abandonado todos.

Quanto ao significado do trabalho para a Sra. Noeme, esta traz diversas vezes que sua utilidade é ocupar a mente para não pensar besteira e sim coisas do bem. Além disso, para o adolescente mesmo tem a vantagem de tirá-lo da rua e da influência das más companhias pois quando está desocupado, o adolescente só quer viver na rua com a “turminha”, os “coleguinhas”.

A mudança que houve na vida da família desde que Paulo começou a trabalhar foi que a mãe ficou mais tranqüila de saber que o filho está sossegado, trabalhando, ocupado. E quanto ao dinheiro que o adolescente receber pelo trabalho, sua mãe afirma que será gasto em casa porque o dinheiro dele é dela. O adolescente não esconde dela, logo entrega.

No que diz respeito ao envolvimento do adolescente com a justiça, a Sra. Noeme afirma que o que levou seu filho a tal foi porque ele não a obedeceu; saiu no dia das mães sendo que ela havia pedido para ele não ir. Neste dia foi a primeira prisão de Paulo (pego com a chave universal do carro). Então Paulo lembra a mãe do dia do casamento (latrocínio) fazendo referência à influência das más companhias para ele ter se envolvido com tal crime; a este respeito, sua mãe afirma que esta situação não foi tanto

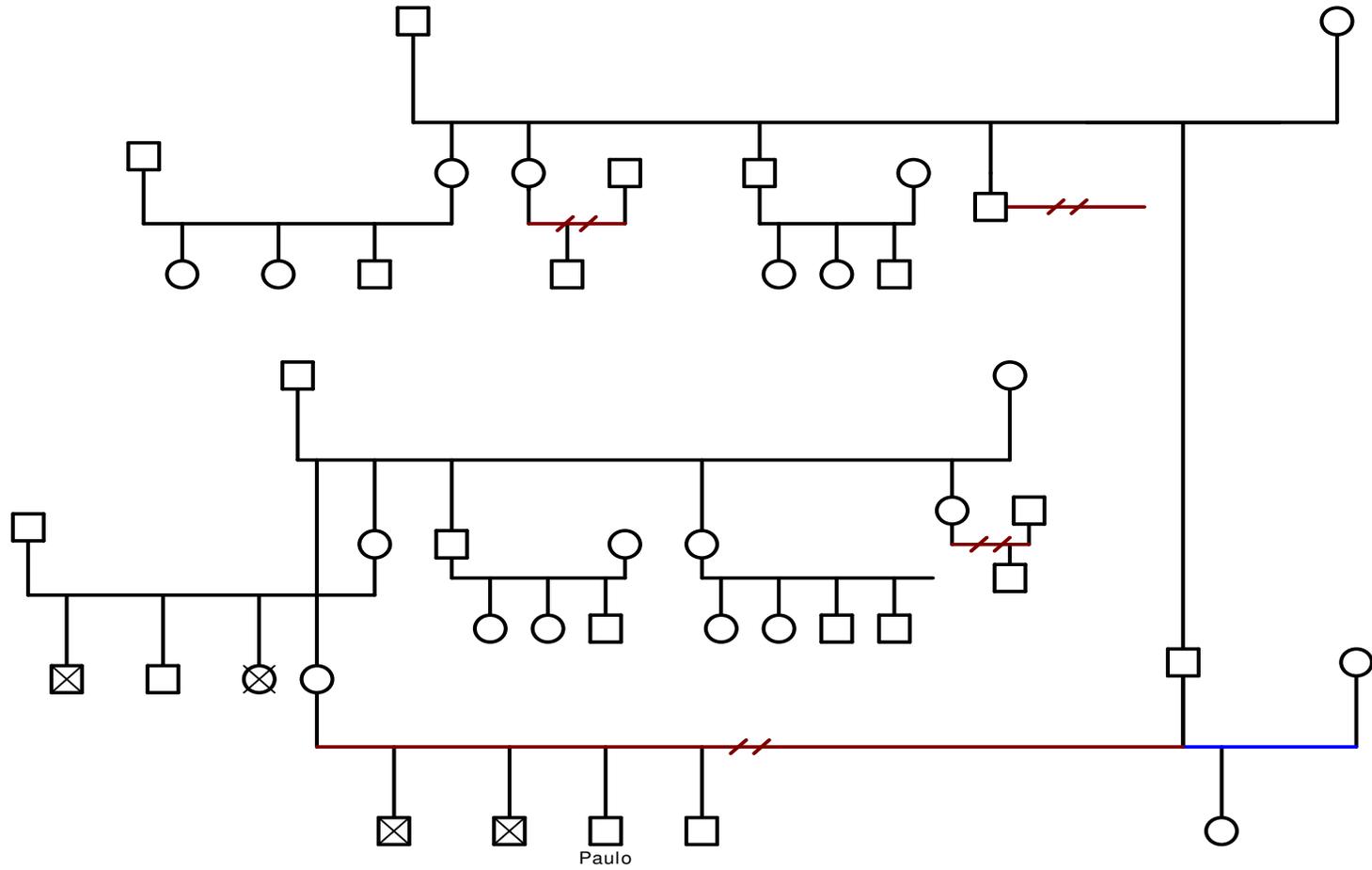
por culpa dele quanto a vez da chave universal.

A reação da Sra. Noeme quando do envolvimento do filho com a justiça foi quase ficar “louca”. Questionou-se sobre sua sina e desde então afirma não estar bem da mente, que quando vê Paulo em algum lugar alguém tem que dizer que é ele senão ela não o reconhece. Relata que as técnicas do CDS a ajudaram muito, tranquilizando-a, dizendo que ela era uma boa mãe.

A Sra. Noeme acha que o fato de seu filho estudar (informação contrária do que disse Paulo na entrevista individual) e trabalhar vai ajudar para tirarem o nome de seu filho da ficha judicial. Ela tem muita preocupação de ter o filho fichado e tem esperança que apaguem o nome do mesmo de lá até em dois meses.

Em relação ao futuro, gostaria que o filho fosse bombeiro (para fazer tal afirmação pergunta primeiro se pode realmente dizer o que pensa) mas afirma que ele nunca se interessou; então diz que deseja que eles tenham o que quiserem na vida e que realizem seus sonhos.

Genograma de Paulo



3.2 – O SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS

A interpretação das informações trazidas pelos adolescentes e suas famílias, conforme descritas no capítulo anterior, levou-nos a observar que as relações estabelecidas pelo adolescente com sua família e seu grupo de pares contribuem para os significados que este adolescente atribuirá à dimensão do trabalho em sua vida. Nesta perspectiva, em busca de identificar quais significados os adolescentes em conflito com a lei dão à experiência de trabalho, além da influência da dinâmica familiar para esta experiência e o significado da Bolsa de Reinserção Juvenil, elaboramos as seguintes Zonas de Sentido: o trabalho como elemento formador de uma não identidade; repercussão da dinâmica familiar na construção da identidade do adolescente trabalhador; e o significado da bolsa de reinserção juvenil para os adolescentes e suas famílias; a serem apresentadas neste capítulo.

3.2.1 – O trabalho como elemento formador de uma “não identidade”

O trabalho, de acordo com Diniz (2004), é fonte de *status*, independência financeira e poder. É também um local de

“construção de uma rede social de apoio e de validação da competência relacional, além de estar socialmente ligado à produção de bens e serviços e constituir hoje fator importante de identidade e auto-estima, uma vez que a capacidade produtiva e a produtividade passaram a ser determinantes cruciais de valor pessoal e social” (p. 117).

Ademais, a autora afirma que tanto o *status* social quanto os benefícios financeiros obtidos com o trabalho têm impacto direto sobre as condições sociais e psicológicas dos indivíduos.

Contudo, a dimensão do trabalho trazida por Abramovay (1999) em um estudo sobre Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília a partir da perspectiva dos adolescentes apontou para o significado do trabalho como se resumindo a um “meio de assegurar a sobrevivência e de satisfação de necessidades e desejos: não é percebido como fonte de satisfação em si mesmo, como atividade construtiva e oportunidade de realização pessoal” (p. 83).

Isto vai ao encontro das informações trazidas pelos adolescentes do presente estudo quando se referem ao trabalho como:

“...uma forma de você ganhar dinheiro para ajudar a mãe no aluguel, ajudar a comprar as coisas em casa.” (Paulo)

“... trabalhar para me sustentar. ... eu pago a prestação da minha moto, ajudo lá em casa e o resto eu guardo para curtir.” (Joilson)

“[com o dinheiro] compro minhas coisas, saio para festa.” (Márcio)

Ademais, estes jovens apontam para o trabalho como uma alternativa ao crime:

“Não tinha nada para fazer durante o dia, só vinha pensamento ruim... agora, você tá trabalhando ali sabendo que no final do mês tem seu dinheirinho guardado, não tem compromisso com ninguém. É um dinheirinho difícil mas suado, vale a pena. Melhor trabalhar do que ficar nessa aí... roubando, vendendo droga para dar dinheiro para ‘patrão’. Chegar a ir preso...” “[ao trabalhar] você ta ocupando a cabeça em algum lugar. Sair das ruas já é bom demais. (Paulo)

“[trabalhar serve] para distrair um pouco a mente da besteira que fica pensando; para passar o tempo também e ficar menos tempo na rua, porque quando fica na rua o capeta atenta.” (Márcio)

“... eu não fico mais na rua, porque quando fica na rua, sempre acaba arrumando

confusão”.(Joilson)

Nesta perspectiva, o trabalho serve para estes adolescentes antes para prevenir que se envolvam com a criminalidade do que a vir compor um elemento que os auxilie na construção de sua identidade. Na realidade, este trabalho estaria muito mais relacionado com a desconstrução da identidade marginal que já possuem, na medida em que trabalhar significa não se envolver com crimes.

Podemos considerar então que quando estão no trabalho, nossos adolescentes *não são* ou tentam fugir de uma identidade que ainda está muito presente em seu discurso: a de marginal. É importante ressaltar que a definição de marginalidade aqui utilizada é a de Castel (1998), o qual a caracteriza situando-a “num espaço social longe dos valores dominantes, mas ligada a eles, pois o marginal tem sobre si o signo inverso das normas que não segue. Ele se distancia das regras de conduta” (p. 55).

Uma possível conseqüência disso é atribuir ao trabalho um significado esvaziado de sentido em si, na perspectiva em que trabalhar significa não estar em outro lugar fazendo outra coisa. Não há uma atribuição de sentido à categoria trabalho em si mesma, mas sim ao que o trabalho pode prover (sustento, roupas, festas) e ao que não trabalhar pode vir a significar: “ficar na rua, arrumar confusão, roubar”.

Esta idéia sobre o trabalho é compartilhada pelas famílias destes adolescentes, o que fica claro nos seguintes trechos:

“... a gente trabalhando tem o dinheiro e não fica pensando besteira”. (mãe de Joilson)

“Eu acho que [o trabalho] é um complemento na vida da gente... para comprar um remédio, alimentação, pagar a água, luz e telefone”. (mãe de Márcio)

“...trabalhar pra ocupar a mente, né... ocupar a mente, não ficar na rua, né, com as

más companhias. Ocupar a mente, ocupando a mente ele tá pensando em coisas do bom, né. Quando você ocupa a mente... eu tiro por mim, quando eu estou trabalhando a minha mente está ocupada, não estou pensando besteira, entendeu?” (mãe de Paulo)

Contudo, o discurso da mãe de Joilson traz um componente a mais no significado do trabalho que faz diferença na inserção escolar deste adolescente:

“... o trabalho, depois do estudo, é uma das melhores coisas. Porque sem o estudo e sem o trabalho a gente não é nada. Tem que estudar para no futuro ter um trabalho bom.”

Ela enfatiza a importância do trabalho, contudo ressalta a importância do estudo em primeiro lugar; isto se reflete na vida acadêmica de Joilson, pois dentre os adolescentes entrevistados é o único que terminou o Ensino Médio e está fazendo um curso técnico em Radiologia. Portanto, hoje, é o que tem mais condições de conquistar ou se aproximar do que almeja para o seu futuro: ser médico.

Voltando a questão do significado do trabalho, Karam (citada por Karam 2003) entende que trabalho não se resume em emprego, nem salário, nem tarefas, nenhuma das rotinas, nem as relações hierárquicas de poder ou o processo de produção. Comenta que “o trabalho não é”. A autora afirma que “há trabalho (real) quando é possível o investimento dos indivíduos na busca do acesso ao simbólico através do conjunto de elementos constitutivos do cenário organizacional” (p. 468). Reportando aos adolescentes deste estudo, poderíamos inferir que não estão vivenciando uma experiência de trabalho real na medida em que o trabalho serve para “ocupar o tempo, a mente” “não estar na rua” ao invés de propiciar o acesso ao simbólico.

Consoante Karam, Mendes (1998) traz que “para trabalhar, as regras, os padrões e os valores precisam ser internalizados e fazer parte da vida mental do sujeito para que, com essa internalização e as condições oferecidas pelas organizações, oportunize-se gratificação

psíquica no trabalho” (p. 31). A autora relata que o trabalho, enquanto categoria psicológica, não se reduz a atividade em si, é algo que transcende o concreto e se instala numa subjetividade, na qual o sujeito da ação é parte integrante e integrada do fazer, resultando na realização de si mesmo. “O trabalho é realização e identidade. Ao produzir algo, o trabalhador sente-se estruturado como pessoa em decorrência de ser valorizado e reconhecido pelo que faz” (p.33). Porém, neste estudo percebemos que ao invés de atuar como reforço de uma identidade pessoal, o trabalho para os adolescentes atua na desconstrução de uma identidade (de marginal) na medida em que, ao trabalhar, este jovem é valorizado pelo que deixa de fazer (se envolver com atos infracionais), o que pode colaborar para a construção de uma outra que seria a de não marginal.

Num artigo intitulado Prototeoria: a síndrome do trabalho vazio, Codo (2004) apresenta um estudo sobre saúde mental e trabalho entre os bancários, onde se deparara com a “síndrome do trabalho vazio”. O autor comenta que os bancários raramente se reconhecem no que fazem (no banco); definem a si mesmos apesar do trabalho que realizam: são o que não fazem. Faz alusão aos “bazares onde se aluga identidade a preços módicos”, como as academias de ginástica, onde basta uma ou duas visitas semanais no final da tarde; o sujeito que as frequenta está em busca apenas de ser um sujeito, deixando-se seduzir por uma identidade de aluguel. O autor fala da ausência ou impossibilidade de qualquer projeto nestes balcões de identidade além de que há algo no banco que dificulta ao trabalhador a construção de sua identidade enquanto trabalhador. O banco aparece como mero ponto de passagem entre a formação e o exercício profissional. Então Codo retrata a Depressão Narcísica no contexto de suas pesquisas: o bancário sofre em busca de si; o que está em jogo é a conformação da identidade do sujeito ou as dificuldades de conformação da identidade.

A idéia proposta neste artigo nos fez refletir sobre a repercussão do significado que os adolescentes e seus familiares atribuem ao trabalho na construção da identidade deste jovem enquanto trabalhador na medida em que, de acordo com Vasques-Menezes, (2004), o trabalho como construtor de identidade e inclusão social atua sobre o indivíduo interferindo na sua vida como um todo, inclusive na relação saúde-doença, contribuindo, em alguns casos, para o aparecimento de problemas físicos e psíquicos.

O ponto de partida para a definição da identidade, de acordo com Ciampa (citado por Vasques-Menezes, 2004), é a pergunta “quem sou eu?”. Na tensão sofrida entre como eu me vejo, como eu vejo o outro e como ele me vê se estabelece a dinâmica de quem sou eu. Assim, o indivíduo constrói sua identidade através de sua relação diária com sua própria vida, estabelecendo uma tríplice relação entre identidade-trabalho-relações sociais e afetivas. Quando a visão de si se torna distorcida em função do adoecimento, a identidade passa a não representar a sua singularidade, tornando-se comprometida. Há necessidade de restabelecer a visão de si mesmo para que, a partir daí, possa re-contruir sua identidade e voltar a se posicionar frente ao mundo. (Vasques-Menezes, 2004).

E se a identidade (de trabalhador) do adolescente em questão está sendo construída com base em um *não ser*, pensamos que isto pode trazer comprometimentos futuros para estes jovens no que diz respeito a adoecimentos relacionados com o trabalho.

Neste sentido, Mendes (1998) retrata que as situações adversas à realização do trabalhador enquanto sujeito de si mesmo podem levar a cisões entre corpo-mente, razão-emoção, presente futuro, individual-coletivo, dificultando a apropriação pelo sujeito da sua história pessoal e coletiva.

A autora afirma ainda que o sentido dado ao trabalho (prazeroso ou penoso) não constitui parte do trabalho em si, mas da conjugação das condições nas quais este trabalho é

realizado e de como o indivíduo, suficientemente amadurecido nos seus aspectos psicológicos, representa no trabalho a possibilidade da construção da sua identidade de sujeito de si próprio (Mendes, 1998).

Codo (2004) faz referência as questões que latejam a adolescência, levando em conta que

“o adolescente está recém-saído de sua identidade pelas vias predominantemente familiares e recém-chegado ao problema da identidade profissional: que lugar quero para mim neste mundo? Que lugar posso atingir apesar dele? O que restará de todas as fantasias, carinhosamente erguidas em frente a televisão?” (p. 176).

Acrescentamos outras questões às de Codo: e quando o adolescente ainda não “saiu” de sua identidade familiar (ou melhor, não elaborou sua trama familiar)? Qual a repercussão disso para a construção de outras identidades (de trabalhador)? Para tentar responder a esta questão ou aprofundá-la daremos seqüência ao estudo com o próximo tópico.

3.3 – A DINÂMICA FAMILIAR E O TRABALHO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Quando os adolescentes se referem ao trabalho como uma forma de ocupar a mente, a cabeça, nos questionamos sobre o que tem nesta mente que tanto precisa ser “ocupada” para que não se metam em confusão? Tentaremos responder ou aprofundar esta questão neste tópico.

3.3.1 O significado do conflito com a lei para o adolescente e sua família

O ato infracional cometido pelo adolescente ainda se mostra muito presente em seu discurso e no de sua família como observamos quando fazem referências às suas histórias de vida:

“... nasci, cresci e na adolescência cometi uma besteira, mas que não vai voltar a acontecer”. (Márcio)

“... sempre morei aqui na Ceilândia, sempre estudei; aí teve uns tempos aí que eu comecei a vacilar, faltar aula...”. (Joilson)

“... é difícil de contar, viu! Mas foi Deus na minha vida, para mim não estar enfiado nesse mundo das drogas até hoje...”. (Paulo)

No que diz respeito a famílias com transações delitogênicas, Segond (1992) aponta que a transgressão na relação dialética que mantém com a norma e o limite, com a regra e com a lei, representa um elemento importante dos processos de desenvolvimento dos grupos humanos, começando pelo sistema primário aberto familiar, dentro do qual o jovem

estrutura progressivamente sua personalidade, dentro da individuação contínua de suas diferenças e da elaboração da sua identidade.

Bucher (1992) afirma que nas famílias de delinquentes há uma total alienação face as leis vigentes. Independentemente da classe social, nestas famílias ou em alguns de seus membros a lei maior não é considerada nem respeitada e, muitas vezes, é até desprezada. Neste sentido, as ações educativas e afetivas desempenhadas pela família são parâmetros não só de aceitação da autoridade da lei mas também para a questão do equilíbrio da identidade do indivíduo que vai se formar dentro deste contexto.

O ato que isoladamente pode ser visto como ato de transgressão à lei jurídica de um ponto de vista social ou jurídico, se visto de dentro da estrutura familiar, pode ter outro sentido. Assim, é importante considerar cada sintoma como algo que tem lugar dentro da interação familiar, inclusive em nível transgeracional (Bucher, 1992).

Isto pode ser observado no diálogo estabelecido com Paulo e sua mãe quando questionada sobre o que pensa que levou o filho a se envolver com a justiça:

*“Mãe: **porque não me obedeceu, minha filha. Foi no dia das mães, falei para ele: meu filho, hoje é dia das mães...***

Paulo: falei com ela (pesquisadora) já, isso daí.

Mãe: já? Então não posso falar mais não?

Paulo: o... aquele outro dia lá da...

Mãe: de que?

Paulo: casamento.

Mãe: mas aquilo lá, meu filho...

Paulo: más companhia, né.

Mãe: mas aquilo lá, meu filho, eu acho que não foi tanto você quanto o negócio da chave, né?“.

Neste trecho, podemos perceber que a mãe atribui o envolvimento do filho com a justiça ao simples fato (aparentemente isolado) dele não tê-la obedecido e saído no dia das mães. Desqualifica o outro motivo trazido pelo adolescente, a influência dos amigos, e desconsidera a participação do filho no assalto realizado em um casamento, o qual redundou em latrocínio (já relatado anteriormente).

Sudbrack (1992) traz outra característica das famílias com transações delitogênicas: a relação mãe-filho situada no contexto das dificuldades de resolução da situação edípica. Observa-se entre as mães e seus filhos uma relação inicial de dependência muito grande. Na medida em que crescem, as crianças não podem mais viver sem suas mães porque também suas mães não conseguiriam viver sem elas. Esta interdependência emocional exerce uma influência perturbadora na formação da personalidade das crianças conduzindo a conflitos, por vezes dramáticos, na puberdade.

Esta situação pode ser observada principalmente no relato dos adolescentes:

“..hoje eu chego em casa, minha mãe já tá lá me esperando e tal. A gente sempre dormia brigado. Eu não dava a bença, tal. Hoje não, hoje eu chego, já dou a bença para a minha véia. Ela que vai abrir a porta. Tá “lenga-lenga” agora.” (Paulo).

“Meu pai é de menos... é mais distante um pouco. Não é que nem a mãe. Sei lá. A mãe é outra coisa. É diferente. Sempre gosta mais. Com o pai, a gente conversa tranqüilo, brinca, tudo. Mas a mãe é uma coisa que... marca, né. Sei lá. A mãe é a pessoa”.(Joilson).

Nesta perspectiva, conforme Sudbrack (1992), a mãe aparece claramente como aquela que designa a criança a seu pai. A autora descreve este processo como uma via de duas mãos: se, por um lado, cabe a mãe introduzir o pai na relação que ele tem com a

criança, ela também pode atuar no sentido de proibir o filho de ter acesso ao pai. É ela que decidirá qual relação a criança poderá estabelecer com seu pai, sendo este seu genitor ou não.

Não podemos deixar de levar em consideração que os pais também abandonam os filhos, mas é possível observar que a mãe também exclui o pai, ou seja, um aspecto não anula o outro, eles podem acontecer concomitantemente.

Neste sentido, Fishman (1996) afirma que nos últimos trinta anos houve grandes mudanças na vida familiar. A tradicional família de três gerações, vertical, foi gradualmente substituída pela organização de mães (pais), amigos e ajudantes. E mesmo este sistema horizontal tem mudado mais do que o sistema vertical mudou nas gerações anteriores.

Um dos resultados deste processo é que o adolescente recorre mais aos iguais e aos irmãos e é mais influenciado por eles. Minuchin e colaboradores (citado por Fishman, 1996) descobriram que nas famílias de delinquentes os irmãos eram muito importantes no desenvolvimento do auto-conceito. As figuras parentais continuam sendo importantes, mas, na extensão que o sistema parental é fraco, existe uma desistência efetiva da autoridade parental e o resultado é que o subsistema de irmãos se torna ainda mais poderoso.

Isto fica claro para nós no discurso de Paulo, quando afirma que se identificava mais com o irmão mais velho (que morreu assassinado) e, extrapolando o subsistema de irmãos, lembramos a influência que o tio paterno de Joilson teve para o envolvimento do adolescente com a justiça. O que nos remete para a presença / ausência do pai na educação destes adolescentes. Os três adolescentes entrevistados só contaram com a figura da mãe na realização das entrevistas familiares, mesmo o adolescente (Márcio) que morava com o pai

e a entrevista foi realizada na casa do mesmo. Tanto no relato dos adolescentes quanto de suas mães, ficou claro que quando o pai participa da vida do filho é de forma coadjuvante e pouco ativa, ficando as responsabilidades e decisões em relação ao filho relegadas à mãe.

Nesta perspectiva, uma característica comum às famílias com delinquentes é que a autoridade parental foi enfraquecida de alguma maneira. Minuchin e colaboradores (citado por Fishman, 1996), em seus estudos, encontraram muitas famílias em que ou não havia nenhuma figura do pai real ou, se ele estava presente, o homem geralmente era uma figura temporária. Nesta segunda categoria, o pai tendia a delegar completamente à mulher a criação e educação dos filhos, como se estas áreas de desenvolvimento fossem exclusivas da mãe.

Fishman (1996) aponta que há outros padrões de autoridade parental enfraquecida. Em algumas famílias, as figuras parentais não são efetivas porque existe um padrão crônico de discórdia entre os pais que os torna ineficazes. A discórdia ou divisão pode existir em qualquer combinação de figuras parentais. Os pais podem estar presentes em casa mas numa crônica discordância, com um deles superenvolvido com um dos filhos, geralmente o delinquentes; ou a divisão incapacitadora pode ser entre um dos pais e um dos avós, ou entre a agência social e o tribunal que são responsáveis pelo adolescente. Seja qual for a divisão, o resultado é a mesma autoridade executiva ineficaz que obriga o adolescente a buscar alguma orientação sozinho, onde puder encontrá-la.

Diante deste quadro, o delinquentes se apresenta como aquele em busca de um pai, em busca da Lei perdida, a lei interna e seus atos podem até ser considerados como uma denúncia desta falta e, por assim dizer, uma busca de ajuda, um movimento de preservação da sua saúde psíquica (Sudbrack, 1992).

Seguindo esta linha de raciocínio, Bulaccio (1992), na temática da transgressão, coloca inicialmente, num lugar privilegiado, a questão do pai. É um chamado, uma petição que ocorre não por palavras, por significante, mas por ações, pela passagem ao ato. E, neste sentido, sem dúvida, se revela como uma linguagem própria que também diz algo, a saber, o chamado pelo pai.

Nesta perspectiva, Sudbrack (1992) indica que a elaboração do modelo mítico de cada família nos permite compreender que este funcionamento de “atuar fora aquilo que não é permitido falar dentro” (expresso pelo paciente identificado) inscreve-se em um registro mais profundo, protegendo o campo do “não dito”, do “segredo familiar”. A autora observa, ainda, o quanto a designação precoce de delinqüente apresenta uma dimensão transgeracional, na medida em que ela serve para fugir de um tabu familiar sobre a loucura, que se instala a partir de um passado psiquiátrico dos pais (principalmente da mãe) e que o adolescente se vê, por vezes, condenado a repetir. Questiona-se, também, qual a função desta gestão do sintoma na manutenção do equilíbrio familiar pelas instâncias diversas que atribuem, então, a este adolescente *status* diferente, ora como delinqüente (culpado), ora como doente (vítima).

No seguinte trecho, é possível observarmos de forma bem clara a função que o “sintoma” (o envolvimento do adolescente com a justiça) ocupou na dinâmica familiar do adolescente Márcio:

“Mãe:... fiquei em pânico, eu não sabia o que eu fazia. Aí liguei para o dele e o pai disse que era para ele morrer lá na cadeia. Coisa de grosso, sabe? Aí eu falei assim que não era certo, aí eu conversei com ele e ele queria pagar um advogado. ...todo sábado íamos visitar ele, eu e o pai dele. Até então, antes dele ser preso, a gente não conversava,

nem eu andava aqui [na casa do pai] também não. Aí foi que a gente começou a conversar o básico...

Pesquisadora: Como você se sente escutando isso?

*Márcio: tipo... um **cupido**“.*

E esta situação relacionada com o modelo mítico criado pela família, até o momento da entrevista familiar, não parece ter sido elaborada tanto pelo adolescente quanto por sua família, como podemos observar no relato abaixo:

“Já tá anotado, tudo anotadinho, ela já deve ter arquivado, que ele está estudando, está trabalhando. Então ele vai ver. Eu tenho certeza, dentro de mim Meu Deus, que dentro desses dois meses, ele vai tirar o nome do meu filho de lá. Eu tenho certeza. Porque o nome do meu filho não tá na ocorrência de polícia, só tá com ele (juiz). Eu sei, já mandei olhar. Eu tenho uma preocupação tão grande dele fichado. Ao menos ele vai tirar o nome do meu filho de lá, ele vai apagar.”(Mãe de Paulo).

Esta mãe traz uma grande preocupação relacionada ao fato do nome do filho ainda estar sob poder da justiça, chegando a afirmar que o adolescente está trabalhando e estudando e que isto irá contribuir para que o nome dele seja tirado do processo judicial. Porém, esta informação vai de encontro ao que o próprio adolescente relata sobre sua situação escolar: ele afirma que já não estuda há aproximadamente sete meses e sua mãe, de acordo com o relato do adolescente, conhece este fato. Isto nos remete novamente a Bucher (1992), quando se refere ao ato que, isoladamente, pode ser visto como ato de transgressão à lei jurídica de um ponto de vista social ou jurídico, mas que se visto de dentro da estrutura familiar pode ter outro sentido.

Contanto, para esta família, a preocupação maior parece estar relacionada com o fato do nome do filho ainda constar no processo judicial e nem tanto sobre se o filho ainda

tem envolvimento ou não com a prática de infrações e como o adolescente se sente sobre isso.

Poderíamos então supor que o trabalho pode estar servindo como uma possibilidade de ocupar a mente frente ao enfrentamento e possibilidade de elaboração do sofrimento vivido pela família relacionado ao crime cometido pelo adolescente.

3.3.2 Repercussão da situação de conflito com a lei para o trabalho do adolescente

O sistema familiar é um sistema dentro de outro sistema, na medida em que é o primeiro lugar de socialização do indivíduo, sem por isso ficar isento das influências contraditórias dos sistemas sociais mais amplos (Segond, 1992).

Consoante, Fishman (1998) traz que tanto o trabalho quanto a vida em família influenciam um ao outro. O que acontece no local de trabalho pode ser uma consequência ou antecedente do que ocorre na família. Nesta perspectiva, o autor afirma que ambos tendem a ser as forças que mais influenciam a manutenção da identidade da pessoa, por oferecerem sustento econômico, identidade pessoal e contexto social.

Karam (2003) em um artigo intitulado “O sujeito entre a alcoolização e a cidadania: perspectiva clínica do trabalho” compreende que o “sujeito só acontece plenamente quando, através do trabalho, a palavra psicológica acede à palavra política, ou seja, quando o trabalho lança com sucesso este indivíduo, da esfera doméstica à pública” (p. 468). Ao abordar o fenômeno da embriaguez em sua relação com o trabalho, a autora observou que sua etiologia não ia em direção à doença mas ao sofrimento mental dos trabalhadores cuja

continuidade do processo de identidade, através do ingresso na esfera pública pela via do trabalho, achava-se seriamente ameaçada devido a suspensão de sua palavra. Isto fazia com que os trabalhadores investissem na busca de um estado de equilíbrio entre a realização das tarefas e a impossibilidade da elaboração do sofrimento, o que só era possível a partir da circulação da palavra dentro da empresa, relacionada ao fazer próprio de cada trabalhador e a sua interface de uns com os outros.

Relacionamos esta idéia trazida por Karam com o modelo mítico elaborado por Sudbrack, no sentido dos efeitos que a não circulação da palavra podem ter para o indivíduo, seja na família ou no trabalho.

E a transpomos para os adolescentes deste estudo, pois como já relatamos anteriormente, estes jovens têm um funcionamento familiar muito específico dos adolescentes que apresentam como sintoma familiar o envolvimento com a lei. O que Sudbrack traz sobre o modelo mítico - “atuar fora o que não se pode falar dentro” - do contexto familiar se aplica aos adolescentes desta pesquisa.

Agora pensamos que estes jovens podem também se “enquadrar” no modelo trazido por Karam, na medida em que o acesso à palavra que o adolescente tem na empresa está comprometido, pois nenhum dos empregadores sabe da passagem destes jovens no âmbito judicial e eles trazem que se soubessem, não seriam contratados, demonstrando inclusive preocupação com a possibilidade de que descubram:

“Não. Não sabem não. Mas depois que eu for fichado, eles podem pedir minha ficha... Eu já perguntei lá e falaram que nunca pediram não. Mas só de falar que a gente é da Ceilândia, aí já pode pensar assim, entendeu?” Paulo.

Nesta perspectiva, pensamos que o trabalho pode estar contribuindo para a construção de lugar de *não ser e* estes adolescentes podem estar mais suscetíveis a adoecimentos relacionados ao trabalho, na medida em que têm que “abafar” uma voz que vos fala por dentro, como pode ser observado no discurso de Joilson:

“Quando acabou a gasolina, foi no limite mesmo. Porque eu fiquei sem gasolina em Brazlândia, porque ela não me deu o dinheiro porque achou que eu estava mentindo que estava sem gasolina. Falei: Oh, assim não tá dando não, porque não acredita em mim como é que eu vou trabalhar?”.

Neste trecho, percebemos que este adolescente não está se referindo simplesmente ao fato de não acreditarem nele, mas do que isto representa, como se fosse um reforço à identidade de ladrão que tem e tenta fugir; no entanto, este adolescente não tem onde falar sobre isso, o que pode se configurar numa dificuldade à elaboração do conflito com a lei.

Nesta perspectiva, em seu estudo, Karam (2003) observou que quanto menos a palavra política circular num determinado coletivo ou sociedade, mais seus integrantes tendem a se alcoolizar ou a se drogar. Isto já é um fenômeno que observamos com os adolescentes deste estudo, mesmo sem serem questionados sobre o uso ou não de álcool e drogas trouxeram o seguinte relato:

“Ah, eu sou assim... por ter assim... por ser adolescente, né... porque todo adolescente sai... festa, num mexo com droga não, mas de vez em quando eu bebo, né... Mas com droga eu não mexo”.Marcio.

“Para falar a verdade, a maconha, eu parei de fumar já faz o quê? Vai fazer quase um ano já. Eu me considerava praticamente um viciado mesmo. Agora eu tô... nem penso

mais na droga. Mas a cocaína, quando a gente conheceu ela, eu já... era uma coisa assim, estranha... É uma droga que tira tudo da pessoa. Tira a roupa do corpo... entendeu?"
Paulo.

Outro ponto que consideramos importante em relação ao trabalho do adolescente é o envolvimento afetivo necessário para a realização do mesmo, pois conforme Vasques-Menezes (2004), no trabalho há a necessidade do investimento afetivo para que este possa ser desenvolvido. O trabalhador precisa estabelecer um vínculo afetivo com a atividade para que possa se sentir adequado às funções e com capacidade de desenvolvê-las. Para tanto, também necessita “romper” um vínculo afetivo de uma outra ordem (como a familiar, por exemplo).

Além disso, Vasques-Menezes (2004) afirma que o trabalho como uma atividade social complexa exige do trabalhador adaptação e enfrentamento de conflitos, diante dos quais este pode sucumbir ao aspecto mais doloroso da dupla possibilidade “prazer e sofrimento”, “saúde e doença”. Quando os recursos internos do trabalhador não são suficientes e/ou as condições de trabalho são desfavoráveis, existe a possibilidade de adoecimento.

Ademais, Mendes (1998) relata que o prazer no trabalho parece ser um dos elementos centrais para o estabelecimento do equilíbrio psíquico e também está associado à liberdade de escolha que pressupõe a apropriação consciente da história de vida do sujeito e do contexto em que as relações de trabalho se estabelecem.

Contudo, nossos adolescentes não podem se apropriar de suas histórias de vida no contexto do trabalho, já que seus empregadores não podem saber de parte desta história. E nesta perspectiva, o envolvimento afetivo necessário à realização das tarefas pode ficar comprometido, na perspectiva em que o trabalho se torna um espaço para *não ser*. Isto fica

claro quando os adolescentes se definem como trabalhadores:

“A gente tem que estar ali, né. Ouvir de cabeça baixa, que a gente tá precisando, né, dela. O que mandar tem que fazer.” Paulo.

“Nada de problemas eu deixo envolver no serviço não, porque serviço é outra coisa a parte né, o problema é só meu. Chego na hora, tudo que me pedem lá eu faço porque eu sou estagiário, né... muitas das pessoas que trabalham lá são fichadas, eu vou lá e faço, não tem nada não.” Márcio.

“Sou um bom trabalhador. Cumpro minhas obrigações tudo certinho. Faço o melhor na empresa para subir um pouco, né. E aí vai. Faço até coisas que não deveria estar fazendo”.Joilson.

Falam pouco de seu papel enquanto trabalhador e se referem principalmente a questões formais, como horário e hierarquia (“*fazem tudo que mandam*”). E fica muito claro também o papel subserviente que ocupam, no sentido de fazerem tudo o que mandam e mais um pouco, além de trazerem a dificuldade que têm em falar sobre o que pensam ou que os incomodam no ou sobre o trabalho, quando, por exemplo, Joilson relata que reclamou sobre a falta de gasolina com sua chefe quando estava no seu limite ou Paulo diz que tem que ouvir de cabeça baixa porque está precisando.

Nesta perspectiva, Karam (2003) entende que a questão do sofrimento traz consigo a idéia de gestão do sofrimento, pois a qualidade da saúde mental de cada pessoa depende de como “negocia” seu desejo com a realidade do mundo do trabalho – externa a sua subjetividade – cujas regras já estão definidas antes mesmo que se insira nela.

Então podemos nos questionar sobre como os adolescentes estão negociando esta passagem do espaço doméstico para o público na medida em que nestas duas esferas de sua vida o acesso à palavra lhes está sendo negado. Neste sentido, Karam (2003) afirma que ao

suspender a possibilidade de cada pessoa significar no coletivo o seu fazer, o seu gesto, a descartabilidade da palavra, suspende, ao mesmo tempo, e em decorrência, o trabalho de se significar no mundo.

Consoante, Heloani e Capitão (2003) trazem que o trabalho como regulador social é fundamental para a subjetividade humana e esta condição mantém a vida do sujeito; quando a produtividade exclui o sujeito podem ocorrer as seguintes situações: reatualização e disseminação das práticas agressivas nas relações entre os pares, gerando indiferença ao sofrimento do outro e naturalização dos desmandos administrativos; pouca disposição psíquica para enfrentar as humilhações; fragmentação dos laços afetivos; aumento do individualismo e instauração do pacto do silêncio coletivo; sensação de inutilidade, acompanhada de progressiva deterioração identitária; falta de prazer; demissão forçada; e sensação de esvaziamento. As condições laborais, bem como as relações diretas entre os trabalhadores, influenciam diretamente a qualidade de vida; esta, portanto, torna-se, nesta perspectiva, estratégica para a sobrevivência e desenvolvimento futuros das organizações.

Seguindo esta linha de raciocínio, Dejours (1994) distingue dois tipos de sofrimento: o sofrimento criador e o sofrimento patogênico. Este último surge quando todas as possibilidades de transformação, aperfeiçoamento e gestão da forma de organizar o trabalho já foram tentadas, ou melhor, quando somente pressões fixas, rígidas, repetitivas e frustrantes configuram uma sensação generalizada de incapacidade. Todavia, quando as ações no trabalho são criativas, possibilitam a modificação do sofrimento, contribuindo para uma estruturação positiva da identidade, aumentando a resistência da pessoa às várias formas de desequilíbrios psíquicos e corporais. Desta forma, o trabalho pode ser o mediador entre a saúde e a doença e o sofrimento, criador ou patogênico.

Portanto, pensamos que a situação de conflito ainda não elaborada na família influencia a atuação deste adolescente enquanto trabalhador e que o trabalho, *a priori*, contribui para a não elaboração deste conflito, na medida em que “abafa” a voz que há muito quer ser proferida pelo adolescente.

3.4 O SIGNIFICADO DA BOLSA DE REINserÇÃO JUVENIL PARA OS ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS

A Bolsa de Reinservação Juvenil é recebida por dois adolescentes deste estudo: Joilson e Márcio. Paulo afirma que acha que não a recebe devido ao fato de não estar estudando. Portanto, procederemos à análise a partir dos relatos dos jovens e famílias que recebem o benefício.

A Bolsa se configura em um benefício eventual disposto pela Lei Orgânica da Assistência Social (nº 8.742 de 07/12/1993) a fim de colaborar com as famílias em situação de extrema pobreza. Neste sentido, conforme o Projeto Básico da Bolsa de Reinservação Juvenil elaborado pela SEAS, seu objetivo é:

“criar mais uma oportunidade e facilidade para que o adolescente venha superar os fatores que contribuíram para a prática do ato infracional e se desenvolver integralmente, assegurar meios para que os adolescentes desenvolvam suas potencialidades a fim de que possam estabelecer uma convivência familiar e comunitária pautadas em valores éticos e morais que contribuem para uma atuação ativa na sociedade de maneira autônoma, solidária e competente” (p. 02).

Porém, no que diz respeito a propiciar maior autonomia para o adolescente, esta Bolsa não vem cumprindo seu objetivo, na medida em que seu significado, para os adolescentes deste estudo, parece estar muito mais atrelado ao sustento familiar do que num investimento no próprio adolescente, no que diz respeito a cursos e capacitação, ou seja, à qualificação profissional do adolescente. Isto fica claro no relato abaixo:

“Desse dinheiro eu sempre dou a metade para ela (mãe). Quem mais precisa é ela, meu pai não precisa não”.(Márcio).

“Dou todo para minha mãe. Só se eu tiver sem nenhum dinheiro, aí pego metade”.
(Joilson).

E esta idéia no que tange a Bolsa é corroborada pela família do adolescente:

“... a bolsa foi uma benção de Deus porque ajuda muito... quatro filhos pra gente sustentar não é brincadeira”. (Mãe de Joilson).

Nesta perspectiva, Demo (1999) traz que o peso atribuído à assistência social de cunho estatal levou a situações de agravamento de exclusão, porque estabelece facilmente, entre sociedade e Estado, vínculo de dependência, tanto mais deteriorado quanto se torna algo apenas eventual, como é o caso da Bolsa em questão, à mercê dos ventos políticos.

Demo (1999) afirma ainda que:

“vendo a pobreza como processo de exclusão essencialmente política, o direito a benefícios se torna menos estratégico do que a gestação do sujeito capaz de história própria, individual e coletiva. O sistema não teme por um pobre que tem fome, mas teme por um pobre que sabe pensar. A ignorância impede de se tornar um sujeito histórico” (p. 144).

Então é compreensível porque é dado um benefício que, na verdade, está servindo para prover as necessidades básicas destes adolescentes e suas famílias ao invés de possibilitar uma autonomia, no sentido de possibilitar a profissionalização destes jovens. Isto confirma a idéia trazida por Demo (1999), que uma política social atrelada a benefícios impede a autonomia do pobre, à medida que sua sobrevivência passa a depender de mãos estranhas.

Nesta perspectiva, mesmo quando não é direcionado a prover as necessidades básicas da família, o valor do benefício não é usado com a profissionalização do adolescente, conforme o relato de Márcio:

“... o meu (dinheiro da Bolsa) eu gasto só com festa mesmo, festa e roupa”.

O que mais uma vez foge aos objetivos da proposta da Bolsa, no sentido de contribuir para que o adolescente tenha uma atuação ativa na sociedade de maneira autônoma, solidária e competente.

Por outro lado, de certa forma, a Bolsa incentivou que os adolescentes frequentassem a escola:

“Quer coisa melhor? Ganhar dinheiro só para estudar. É até um incentivo”.

Joilson.

Contudo, poderíamos dizer que o benefício está contribuindo para a formação destes adolescentes indiretamente. Falamos indiretamente porque estes jovens já estavam, de alguma forma, decididos a estudar e a bolsa serviu para reafirmar esta vontade, mas não para ser usada diretamente como investimento em formação, cursos, profissionalização, conforme relato de Joilson:

“... porque eu tava faltando no curso, foi no tempo que eu tava chegando atrasado, faltando. Aí eu achei que nem recebia essa bolsa mais, nem tava ligando muito pra falta. Aí como eu recebi esse negócio aí, tem que ir para a escola agora. Tem que ter presença”.

Joilson

“... incentivou também, mas não foi tanto não porque eu já pensava em estudar mesmo. Já era idéia minha já”. Macio.

Portanto, percebemos que mesmo contribuindo para a frequência escolar destes adolescentes a Bolsa de Reinserção Juvenil, enquanto Política de Assistência Social, se desvirtua de seu objetivo original que é promover a autonomia destes adolescentes, na medida em que seu uso é principalmente para prover as necessidades básicas das famílias, o que pode levar a um grau de dependência ainda maior do Estado e dificultar a autonomia do adolescente.

Neste sentido, Oliveira (2003) comenta que a incidência do “clientelismo” na Assistência Social imprime a essa política uma cultura que fragiliza a idéia do direito e fortalece a idéia da dádiva e do favor, legitimando a Assistência Social como ação

emergencial e restrita aos exclusivamente pobres, carentes e desassistidos de toda sorte, reduzindo seus efeitos a ajudas pontuais e descontínuas que longe de superar a miséria, podem reproduzir uma forma de relação ainda mais polarizada entre ricos e pobres.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: *Não ser para tornar-se*

No decorrer deste estudo, ressaltamos o significado atribuído pelos adolescentes e seus familiares para a categoria trabalho. Percebemos que é um significado esvaziado de sentido e relacionamos o ato infracional do adolescente com este vazio. Contudo, não podemos deixar de levar em consideração, que mesmo esvaziado de sentido, o trabalho se configura como um importante elemento reintegrador deste adolescente numa rede social de proteção, apoio e confiança, na medida em que, como eles próprios e suas famílias trouxeram, os tiram da rua e possibilita um outro tipo de inserção social para estes adolescentes.

Sobre as redes sociais, Sudbrack (2003) afirma que sua mobilização “é a estratégia metodológica para se enfrentar o processo de exclusão sofrido por aqueles que se envolvem com o consumo de drogas” (p. 17) e, acrescentamos, com a prática de atos infracionais. A autora aponta que a construção de redes está vinculada ao rompimento do isolamento e do esgotamento das pessoas, profissionais e familiares ou voluntários; além de constituírem espaços informais de suporte e de apoio.

Contudo, Sudbrack (2003) refere-se também a rede de tráfico infiltrada junto a comunidades pobres, onde seus “habitantes podem encontrar uma referência de poder, autoridade, de controle e até de proteção, que passa a substituir o enorme vazio deixado pelo Estado na assistência a essas pessoas” (p.20).

Em um artigo intitulado Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competitividade e Culpabilização, Guareshi (2004) faz referência a obra de Manuel Castells (citado por Guareshi, 2004) ao avaliar a dinâmica social do capitalismo informacional, fala sobre a integração perversa, isto é, o processo de trabalho na economia criminosa com atividades

de geração de renda que são declaradas por lei como sendo criminosas, como tráfico de drogas, contrabando, extorsões, entre outros.

Então acreditamos que a experiência de trabalho para os jovens deste estudo pode se apresentar como alternativa a esta integração perversa, mesmo ajudando principalmente imediatamente, no sentido de que os tiram da rua e contribui para a formação de uma “não identidade” (estar no trabalho é não estar em outro lugar para não ser outra coisa, marginal, por exemplo) e não para reforço ou construção de uma identidade de trabalhador. Contudo, não podemos deixar de lado que este “*não ser marginal*” pode ser um caminho para o adolescente “*ser*” outra coisa, ele pode desconstruir a identidade de bandido e construir a de “honesto”.

E o que pode contribuir para a construção desta “nova” identidade (“honesto”) é a ressignificação das relações familiares deste adolescente a partir de sua experiência de trabalho, pois todos eles retrataram uma mudança significativa nas relações estabelecidas com a família depois que começaram a trabalhar; principalmente no que se refere à confiança da família neles. Afirmam que desde então, os pais passaram a confiar mais neles, os chateiam menos já que não têm tempo para ficar na rua e, especificamente o adolescente Paulo, relata que começou a conseguir receber regras, pois achava que nunca conseguiria ser “mandado” por alguém.

Isto denota a importância que o trabalho tem na vida destas famílias, no sentido de possibilitar uma ressignificação na forma como o adolescente é visto dentro do sistema familiar: ele passa de uma pessoa irresponsável, desocupada e rebelde para um trabalhador, responsável e provedor. E isto, certamente, influenciará as relações a serem estabelecidas por este adolescente em outros contextos, pois de acordo com Minuchin (1990) cada sentido de identidade individual é influenciado por seu sentido de pertencimento a

diferentes grupos.

Contudo, consideramos necessário um parêntese no que se refere ao filho provedor, pois este muito se assemelha ao “Filho Parental” que Penso (2003) encontrou em sua pesquisa sobre Dinâmicas Familiares e Construções Identitárias de Adolescentes Envolvidos com Atos Infracionais e com Drogas. Esta autora afirma que esse adolescente “ocupa espaços vazios da relação conjugal, mantendo-se numa relação de rivalidade e/ou afastamento do pai...” e isto “... dificulta a identificação com este pai e também o movimento de pertencimento-separação deste adolescente de sua família, complicando o seu processo de construção identitária” (p. 163). Para criar possibilidades de separação e libertação desse lugar de filho parentalizado e lidar com a angústia vivida, Penso (2003) aponta que este adolescente pode buscar outros contextos de construção identitária, como o uso de drogas e envolvimento com atos infracionais.

Conforme consta na parte 3.1 da Análise das Informações do presente estudo sobre a apresentação dos adolescentes, seu contexto familiar e genograma, podemos constatar que estes jovens, em certos momentos, ocupam este lugar de filho parental, por exemplo, quando a mãe de Paulo diz que ele tem que bater no irmão caçula se o pegar fumando ou quando Márcio afirma que se a mãe não tivesse “largado” o companheiro com quem estava um dos dois já teria morrido, ou ele ou o parceiro da mãe. Então nos preocupamos com a possibilidade deste papel de provedor confirmar ainda mais esta parentalização, ao invés de possibilitar ao adolescente condições reais para sua autonomia.

Outro ponto importante que pode ser observado neste estudo é a expectativa dos adolescentes em relação ao futuro, pois mesmo tendo uma atividade laboral eles pensam que obterão sucesso via escolarização, já que todos os três falam que gostariam de ser médicos; porém, não estabeleceram nenhuma relação entre o trabalho atual e as aspirações

para o futuro.

Notamos que essa expectativa vai ao encontro do que Demo (1999) traz sobre a educação profissional, o autor afirma que está longe de ser tábua de salvação, até porque no capitalismo *stricto sensu* não há salvação. A idéia clássica de “pleno emprego” está fora de cogitação. A educação profissional é imprescindível como mecanismo de competição, mas no fundo nada garante além de possível preparação, e isto desde que seja efetivamente educação, e não só treinamento.

Neste sentido, percebemos que a expectativa destes adolescentes em relação ao futuro está muito mais relacionada com o ideal de que a via para obtenção do sucesso na vida é o estudo, do que com uma vontade propriamente dita de estudar ou atuar na área médica; como se o principal em se tornar médico fosse o retorno financeiro, o *status* que esta profissão poderia propiciar e, nem tanto, a vontade deles em atuar nesta área ou o desejo de se tornar um médico e obter satisfação através do trabalho. É como se o projeto de vida deles também estivesse esvaziado de sentido.

Contudo, um dos adolescentes deste estudo apresentou condições reais para alcançar este sonho: Joilson. O fato de este adolescente ter cumprido uma medida socioeducativa (PSC) em um Hospital de Brasília, proporcionou que ele vivenciasse e se aproximasse da realidade dos médicos; portanto, pensamos que esta experiência propiciou que este jovem tivesse a oportunidade de significar esta profissão para além do retorno financeiro e *status* que lhe confere, levando-o, até mesmo, a buscar um curso Técnico em Radiologia, que é da área da saúde e está dentro das possibilidades financeiras de sua família.

Daí ressaltamos a necessidade de lembrar a grande importância do CDS em todo este processo que discutimos até agora, pois, de alguma forma, esta Instituição (representada por sua equipe técnica) pode oferecer para os adolescentes e suas famílias um

espaço para que signifiquem suas vivências e experiências de forma mais saudáveis e produtivas, na medida em que abre caminho para um diálogo possível entre os adolescentes, seus familiares e as redes sociais de que fazem parte (escola, trabalho, comunidade, entre outras).

Esta abertura para o diálogo, por parte do CDS, foi claramente percebida pelas famílias e adolescentes deste estudo, na perspectiva em que, de acordo com seus relatos, os jovens vêem esta Instituição como um lugar de referência para receberem conselhos, e as mães falam da importância de poderem desabafar e serem tranquilizadas por esta equipe quando se encontram muito angustiadas, apontando que as técnicas são como se fossem amigas delas.

No entanto, precisamos pensar sobre como esta equipe está colaborando para a significação que os adolescentes e suas famílias estão dando para questões importantes como o ato infracional do adolescente, trabalho, escola, Bolsa de Reinserção Juvenil, projeto de vida, entre outros. Nos referimos a um pensar, uma reflexão, de forma integrada por parte do corpo técnico do CDS, da equipe do Prodequi (e a aqui me incluo), da comunidade acadêmica (com seu saber científico) e da comunidade destes adolescentes (com seu saber popular) numa ação articulada e intersubjetiva, na perspectiva em que, conforme Vasconcellos (2002) a realidade é tão rica e cheia de relevos complexos, que um só projetor não poderia iluminá-la totalmente.

De acordo com a abordagem comunitária e de redes sociais apresentada por Sudbrack (2003), os profissionais precisam estar bem preparados e inseridos, eles próprios, em redes profissionais. Considera-se que cada pessoa tem um papel a desempenhar e uma competência a oferecer para o objetivo comum que funda a rede. Nesta perspectiva, observamos que o corpo técnico do CDS em questão está articulado com a proposta das

redes, na medida em que vem propiciando a interligação do saber popular ao saber acadêmico e ao saber político; já que a demanda inicial desta equipe por uma orientação em relação ao desenvolvimento de um trabalho de acompanhamento aos adolescentes que estavam cumprindo a medida socioeducativa LA no CDS de Ceilândia e seus familiares se transformou num Projeto de Pesquisa Ação intitulado “Atendimento Psicossocial de Adolescentes Envolvidos com Drogas e Atos Infracionais” da linha de pesquisa 2 (Processos Interacionais no Contexto do Casal, da Família do Grupo e da Comunidade) que integra o Programa de Pós Graduação de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

Entretanto sabemos que a articulação somente com o saber acadêmico não é suficiente para dar conta de tamanha complexidade. Percebemos a necessidade de uma maior articulação entre os diversos elementos que deveriam integrar a rede de proteção desses adolescentes e suas famílias. Mas pensamos que o CDS deu um primeiro passo importante para o intrinsecamento desta rede e, sem querer eximir da responsabilidade os outros elementos que deveriam atuar nesta rede social de proteção para o adolescente, na medida em que, isolada, qualquer instituição está fadada ao fracasso, enfatizamos a importância do CDS para o acolhimento e encaminhamento de questões relacionadas às demandas, sejam elas implícitas ou explícitas, destes adolescentes e suas famílias, na perspectiva em que ao propiciar e incentivar espaços para a conversa, o diálogo, a troca esta Instituição poderá estar atuando de forma preventiva em tópicos diversos, como: o envolvimento do jovem com a prática de atos infracionais (ou a reincidir no ato), violência intrafamiliar, evasão escolar (entre outros) e, numa dimensão mais ampliada, a possibilidade do acometimento destes adolescentes por doenças relacionadas ao trabalho,

pois a prática do uso da palavra no CDS poderia facilitar o acesso deste adolescente a sua “palavra política”, podendo então este sujeito acontecer plenamente, conforme Karam (2003); além de viabilizar a desconstrução da identidade “marginal” / “bandido” e a construção de uma identidade de “honesto”.

Neste sentido, Sawaia (2004) afirma que usar a referência identitária para analisar os problemas sociais significa buscar orientações para recriar novos espaços de representação democrática das necessidades humanas, recuperando o homem rico de necessidade, com potencialidade de ação e emoção. Significa buscar lugares onde a identidade deixa de ser destino e consciência “em si”, para tornar consciência “para si” e para o outro, sem perder o sentimento de ser único e, assim, poder dispor de si para si.

Daí destacamos a importância do trabalho para além de uma possibilidade de *não ser*, como meio para construção de um *ser* na perspectiva em que se abre espaço para a intersubjetividade na produção não destrutiva, ou melhor, construtiva da vida em comum, na medida em que, de acordo com Sawaia (2004), é preciso olhar para identidade pelo sentido ético, como um processo constante de configuração de significações, que age como elemento ordenador em relação aos valores, afetos e motivações do sujeito individual e coletivo. Assim, a experiência de trabalho do adolescente e a medida socioeducativa LA (executada pelo CDS), numa relação dialética, podem contribuir para a ressignificação do significado do trabalho, do ato infracional, da Bolsa de Reinserção Juvenil e das relações familiares do adolescente.

Para finalizar, sabemos que este estudo contemplou os adolescentes mais compromissados com o cumprimento da medida socioeducativa e, de certa forma, com maiores perspectivas de uma “reintegração” positiva na sociedade, porém estes representam

uma minoria dentro do universo de jovens que estão cumprindo algum tipo de medida socioeducativa; o que nos demonstra que ainda há muito que se fazer, mas que existem caminhos possíveis a serem trilhados quando a palavra é direito de todos.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, M (e cols). (1999). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro : Garamond.
- Antunes, R. (2000). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo : Boitempo.
- Borges, L. F. F. (2002). *A formação profissional de curta duração e a inserção de trabalhadores de baixa escolaridade no Distrito Federal*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Brandão, S. N. e Costa, L. F. (2004). Visita domiciliar como proposta de intervenção comunitária. Em M. A Ribeiro & L. F. Costa (Orgs.), *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius*. (pp. 157-179), Brasília : Universa.
- Bucher, J. F. (1992). Lei, transgressões e família. *Psicologia: teoria e pesquisa*. 8 (suplemento) 475-483.
- Bulaccio, B. (1992). Família e a clínica da drogadição. *Psicologia: teoria e pesquisa*., 8 (suplemento), 459-467.

Calil, V. L. L. (1997). *Terapia Familiar e do Casal*. São Paulo: Summus.

Campos, H. R. e Francischini, R. (2003). Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, Maringá v.8, (1). Retirado em 23/04/2005, do SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), <http://www.scielo.br>

Carter, B. e McGoldrick, M. (1995). As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar*. (M. A. V. Veronese, Trad, 2ª ed.) (pp. 07-29). Porto Alegre: Artes Médicas (Trabalho original publicado em 1989)

Castel, R. (1998). Os Marginais na História. *Revista Exclusão social e situações de risco – Ser social* 3. (3) 55-66.

Cattani, A. D. (1996). *Trabalho & Autonomia*. Petrópolis : Vozes.

Codo, W. (2004). Prototeoria: síndrome do trabalho vazio – Uma incursão sobre a psicoeconomia da depressão narcísica. Em W. Codo (Org.), *O trabalho enlouquece?: um encontro entre a clínica e o trabalho* (pp. 161-205). Petrópolis, RJ : Vozes.

Dejours, C e Abdoucheli E. (1994). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. Em M. I. S. Betiol (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à*

Aanálise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. (D. M. R. Glina Trad.) (pp. 119-145) São Paulo : Atlas. (Trabalho original publicado em 1993)

Demo, P. (1998). Exclusão Social – Categorias novas para realidades velhas. *Ser Social* 3. (3), 09-54.

Demo, P. (1999). Educação Profissional – mito e realidade. *Ser Social* 5. (5), 123-158.

Diniz, G. (2004). Mulher, trabalho e saúde mental. Em W. Codo (Org), *O trabalho Enlouquece? : um encontro entre a clínica e o trabalho.* Petrópolis : Vozes.

Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Lei nº 8069/90.

Feijó, M. C. e Assis, S. G. de. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas família. *Estudos de Psicologia.* (1), 157-166.

Fishman, H. C. (1996). *Tratando adolescentes com problemas : uma abordagem da terapia familiar.* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre : Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1988).

Fishman, H. C. (1998). *Terapia Estrutural Intensiva.* Porto Alegre: Artes Médicas.

González Rey, F. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios* (M. A. F. Silva, Trad.) São Paulo: Thomson.

Guareshi, P. A. (2004). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Em B. Sawaia (Org.), *As Artimanhas da Exclusão : Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (141-156) Petrópolis : Ed. Vozes.

Guimarães, R. M. e Romanelli, G. (2002). A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. *Psicologia em Estudo*. (2) 117-126.

Heloani, J. R. e Capitão, C. G. (2003). Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. *São Paulo em Perspectiva*. (2) 102-108.

ILANUD, NAÇÕES UNIDAS. (s/d). *Prêmio SÓCIO-EDUCANDO. SÓCIO-EDUCAÇÃO NO BRASIL: Adolescentes em Conflito com a Lei: experiências de medidas sócio-educativas* (1ª e 2ª edições).

Karam, E. (2003). O sujeito entre a alcoolização e a cidadania: perspectiva clínica do trabalho. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*. (3) 468-474.

McGoldrick, M. e Gerson, R. (1995). Genetogramas e o Ciclo de Vida Familiar. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar*. (M. A. V.

Veronese, Trad., 2ª ed.) (pp. 144-166). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989).

Mendes, A. M (1998). *Valores e Vivências de Prazer-Sofrimento no Contexto Organizacional*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Minayo, M. C. de S. (1996). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. (4ª edição) São Paulo - Rio de Janeiro : Hucitec – Abrasco.

Minuchin, S. (1990). *Famílias, Funcionamento & Tratamento*. (J. A. Cunha, Trad.) Porto Alegre : Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1980).

Oliveira, H. M. J. (2003). Cultura Política e Assistência Social: desafios à consolidação de uma singular política pública no âmbito da proteção social. *Ser social* 12. (1) 09-54.

Pandossio, J. E; Penso, M. A; Ferreira, G. F. S e Jacobina, O. M P. *Correlatos Clínicos e Experimentais da Drogadicção pelo Uso da Merla*, Anais dos Resumos do Seminário de Pesquisa 2000 da Universidade Católica de Brasília).

Paugam, S. (2004). O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. Em B. Sawaia (org.), *As Artimanhas*

da Exclusão : Análise psicossocial e ética da desigualdade social. (pp.67-86)
Petrópolis : Vozes.

Penso, M. A. (2003). *Dinâmicas familiares e construções identitárias de adolescentes envolvidos com atos infracionais e com drogas.* Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.

Pereira, S. E. F. N. e Sudbrack, M. F. O (2003). Avaliação das redes sociais de adolescentes em situação de risco. Em M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E.M.F Seidl & M. T. da Silva (Orgs.), *Adolescentes e drogas no contexto da justiça.* (pp. 167-190). Brasília : Plano Editora.

Reimann, M. F. (2002). *Cidadania e Contratos Atípicos de Trabalho : As Políticas e Ordenamento do Trabalho.* Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Editor.

Satir, V. (1976). *Terapia do grupo familiar.* Rio de Janeiro : F. Alves. (Trabalho original publicado em 1967).

Sawaia, B. (2004). Identidade – Uma ideologia separatista? Em B. Sawaia (org.), *As Artimanhas da Exclusão : Análise psicossocial e ética da desigualdade social.* (pp.119-127) Petrópolis : Vozes.

SEAS. (s/d). Bolsa de Reinserção Juvenil. Projeto Básico. Documento Interno. Brasília.

Segond, P. (1992). Família e transgressão. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. (8) (suplemento) 433-445.

Sudbrack, M. F. O. (1992). Da falta do pai à busca da lei – o significado da passagem ao ato delinqüente no contexto familiar e institucional. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. (8) (suplemento) 447-457.

Sudbrack, M. F. O (2003a). Projeto Fênix – Promoção Psicossocial de adolescentes envolvidos com drogas, no contexto da medida socioeducativa – uma experiência-piloto no Distrito Federal. Em M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E.M.F Seidl & M. T. da Silva (Orgs.), *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. (pp. 23-44). Brasília : Plano Editora.

Sudbrack, M. F. O (2003b). Abordagem comunitária e redes sociais: um novo paradigma na prevenção da drogadição. Em D. B. B. de Carvalho, M. F. O. Sudbrack & M. T. da Silva (Orgs.), *Crianças e adolescentes em situação de rua e consumo de drogas: pesquisa e prevenção*. (pp. 11-37). Brasília : PRODEQUI/IP/UnB. (Série Cadernos do Prodequi).

Unicef (2004). www.unicef.org.br acessado em 16/01/2005.

Vasconcellos, M. J. E. de (2002). *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.

Vasques-Menezes, I. (2004). Por onde passa a categoria trabalho na prática terapêutica? Em
W. Codo (Org.), *O trabalho enlouquece?: um encontro entre a clínica e o trabalho*.
(pp. 23-52). Petrópolis, RJ : Vozes.

Volpi, M. (Org.). (1997). *O adolescente e o ato infracional*. (2ª ed.) São Paulo : Cortez.

Anexos

Anexo 1

Exemplo do Diário de Campo das Observações Participantes

DATA: 01/10/05

Atividade: Visita Domiciliar

Diário de Campo:

A visita havia sido previamente marcada com o adolescente por telefone. Esta aconteceria na casa de sua mãe onde ele estaria me esperando as 16 horas no sábado. Quando cheguei na casa de sua mãe, esta me informou que o adolescente ainda não tinha chegado. Neste momento ele ligou avisando que estava num mercado e não teria como ir. Falei com ele no telefone e combinamos que eu levaria sua mãe até a casa de seu pai, onde o adolescente estaria nos esperando. Ao chegarmos na casa do pai do adolescente fomos recebidas pela madrasta, a qual foi bastante receptiva com nossa visita. A mãe demonstrou bastante intimidade com a casa e pareceu ter um bom relacionamento com a madrasta. O adolescente não estava e a mãe e a madrasta saíram para procurá-lo pela vizinhança. A mãe se dizia ansiosa para escutar o que o adolescente tinha a falar. Aproximadamente meia hora depois de chegarmos a casa o adolescente apareceu para que pudéssemos conversar. Durante o percurso até a casa do pai a mãe relatou que seu filho melhorara muito depois que havia sido preso. Que havia males que vinham para o bem. O pai não estava em casa durante a visita, segundo a madrasta, estava no bar.

Anexo 2

Roteiro de Entrevista Clínica de Pesquisa com o adolescente

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Freqüenta a escola atualmente?

Com quem mora?

Onde mora?

Quem é responsável por você?

Qual a profissão dos pais / responsáveis?

Onde você trabalha? O que faz?

Contrato: garantia de sigilo

Explicação do objetivo da entrevista

1º momento (quem que sou)

- Imagine que você fosse me fazer um retrato seu, de como você é por dentro, o que você me diria sobre você? Como se sente?
- Quem é você? Como adolescente? Filho? Amigo? Trabalhador? Na instituição? Como namorado?
- Com quem você se parece? Em que se parece?
- Com quem você gostaria de parecer?
- Se você fosse contar sua história de vida, de forma rápida, como seria essa história?

2º momento (relação com o trabalho)

- O que é trabalho para você? Para que serve? Qual a utilidade do trabalho na sua vida?
- Quais pessoas você conheceu a partir do trabalho?
- Desde que você começou a trabalhar, mudou alguma coisa em sua vida?
- Com seu trabalho, mudou alguma coisa na vida de sua família?
- O que você vê de positivo em trabalhar?
- E de negativo?
- O que você pretende exercer como trabalho futuramente?
- Como você fez para conciliar seu trabalho com a medida socioeducativa?
- Você recebe pelo que faz no trabalho? Quanto? O que você faz com esse dinheiro?

3º momento (história judicial)

- Qual foi a primeira vez que teve problemas com a Justiça? O que aconteceu?
- Quais motivos você acha que o levou a cometer tais atos?
- Qual foi a reação dos membros de sua família? Eles ficaram sabendo? Como?
- Houve outras situações de problemas com a justiça?
- Já cumpriu que medidas? Durante quanto tempo? Em que instituições?
- Como você entende a sua passagem por estas Instituições? Elas te ajudaram? Se sim, em quê?
- Há quanto tempo você está na medida?
- O seu trabalho influenciou, de alguma forma, no cumprimento de sua medida?

4º momento (o que eu penso que serei)

- Como você imagina a vida no futuro?
- Quais expectativas você tem sobre a vida pessoal, familiar e o trabalho?

5º momento (a bolsa)

- Você recebe a bolsa disponibilizada pela justiça?
- Se sim, o que ela significa para você? E para sua família?
- Como é gasto esse dinheiro?
- Quem decide sobre ele?
- Mudou algo no cumprimento da medida desde que você passou a recebê-la?
- E seu relacionamento com sua família, houve alguma mudança com o advento da bolsa?

Anexo 3

Roteiro de Entrevista Clínica de Pesquisa com a família do adolescente

Contrato: garantia de sigilo

Explicação do objetivo da entrevista

1º momento (família atual)

- Como vocês vêem sua família? Como se sentem sobre ela?
- Qual a história desta família? E do adolescente?
- Como gostaria que sua família fosse?

2º momento (trabalho)

- O que é trabalho para esta família? Para que serve? Qual a sua utilidade?
- Desde que o adolescente começou a trabalhar, mudou alguma coisa na vida da família?
O adolescente mudou seu comportamento?
- O que você vê de positivo no fato de seu filho trabalhar?
- E de negativo?
- O que você gostaria que ele exercesse como trabalho futuramente?
- Como a família ajudou o adolescente a conciliar seu trabalho com a medida socioeducativa?
- Como é gasto o dinheiro que o adolescente recebe pelo trabalho?

3º momento (história judicial)

- Quais motivos você acha que levou seu filho a se envolver com a justiça?
- Qual foi a reação dos membros da família? Ficaram sabendo? Como?

- Como você entende a sua passagem de seu filho pelas Instituições em que cumpriu medida? Elas ajudaram? Se sim, em quê?
- Você acha que o fato de seu filho trabalhar influenciou, de alguma forma, no cumprimento de sua medida?

4º momento (futuro)

- Como você imagina a vida das pessoas desta família no futuro?

5º momento (a bolsa)

- O adolescente recebe a bolsa disponibilizada pela justiça?
- Se sim, o que ela significa para a família?
- Como é gasto esse dinheiro?
- Quem decide sobre ele?
- Mudou algo no cumprimento da medida desde que a família passou a recebê-la?
- E o relacionamento do adolescente com sua família, houve alguma mudança com o advento da bolsa?

Genograma

Visão de um quadro de três gerações da família e seu movimento através do ciclo de vida:

- Relacionamento do casal com seus pais
- Relacionamento do casal – namoro e casamento
- Nascimento dos filhos e primeira infância
- Entrada dos filhos na escola
- Adolescência dos filhos
- A família e os atos infracionais do adolescente
- A família e a medida socioeducativa
- A família e o trabalho do adolescente
- Filhos adultos (futuro)

